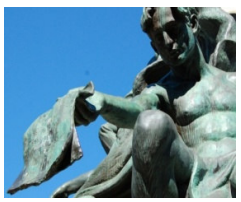
Ministério Público do Rio Grande do Sul

Relatório

2007



Estado do Rio Grande do Sul
Ministério Público

Relatório 2007

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.

Isabel Dias Almeida,
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos.

Anizio Pires Gavião Filho,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Eduardo de Lima Veiga,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Institucionais.

Mário Cavalheiro Lisbôa,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Armando Antônio Lotti,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Jayme Weingartner Neto, Promotor-Assessor.

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Ministério Público.
Relatório 2007/organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2008.
84p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. l. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190
Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação.....7
Organograma / Mapa Estratégico.....9/11
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.....15
Secretaria dos Órgãos Colegiados.....15
Gabinete de Articulação e Gestão Integrada.....16
Ouvidoria.....18
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.....21
Procuradorias com atuação delegada.....22
Procuradoria de Recursos.....22
Procuradoria de Prefeitos.....22
Procuradorias de Justiça Especiais
Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar.....23
Procuradoria de Justiça perante o Tribunal de Contas.....23
Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial.....24
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.....27
Comissão Disciplinar Permanente.....27
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....27
Serviço Biomédico.....29
Biblioteca João Bonumá.....30
Divisão de Documentação.....31
Divisão de Informática.....32
Divisão de Arquitetura e Engenharia.....33
Divisão Administrativa.....34
Divisão de Recursos Humanos.....34
Divisão de Assessoramento Técnico.....35
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS.....39
Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional.....40
Gabinete de Assessoramento Eleitoral.....43
Memorial.....43
EIXOS DE ATUAÇÃO
Infância e Juventude.....49
Crime.....50
Meio Ambiente.....51
Direitos Humanos.....52
Cível.....53
Consumidor.....54
Ordem urbanística.....55
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....59
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
2º Grau – Procuradorias de Justiça.....61
1º Grau – Promotorias de Justiça.....62
Defesa Comunitária e Cidadania.....62
Infância e Juventude.....63
Cível.....64
Eleitoral.....65
Criminal.....65
Plantão de Porto Alegre.....69
Gráficos Comparativos – 2006 x 2007.....70
Panorama 2007
Relatório Financeiro.....75
Dados Administrativos.....76
Atuação Funcional.....77
Nominata (Membros).....79

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Compete ao Procurador-Geral de Justiça elaborar o relatório das atividades anuais do Ministério Público para submetê-lo à Assembléia Legislativa. A instituição aproveita a previsão legal (Lei Estadual nº 7.669/82, art. 25, inc. III) para prestar contas à cidadania, instância final de legitimação nas repúblicas democráticas.

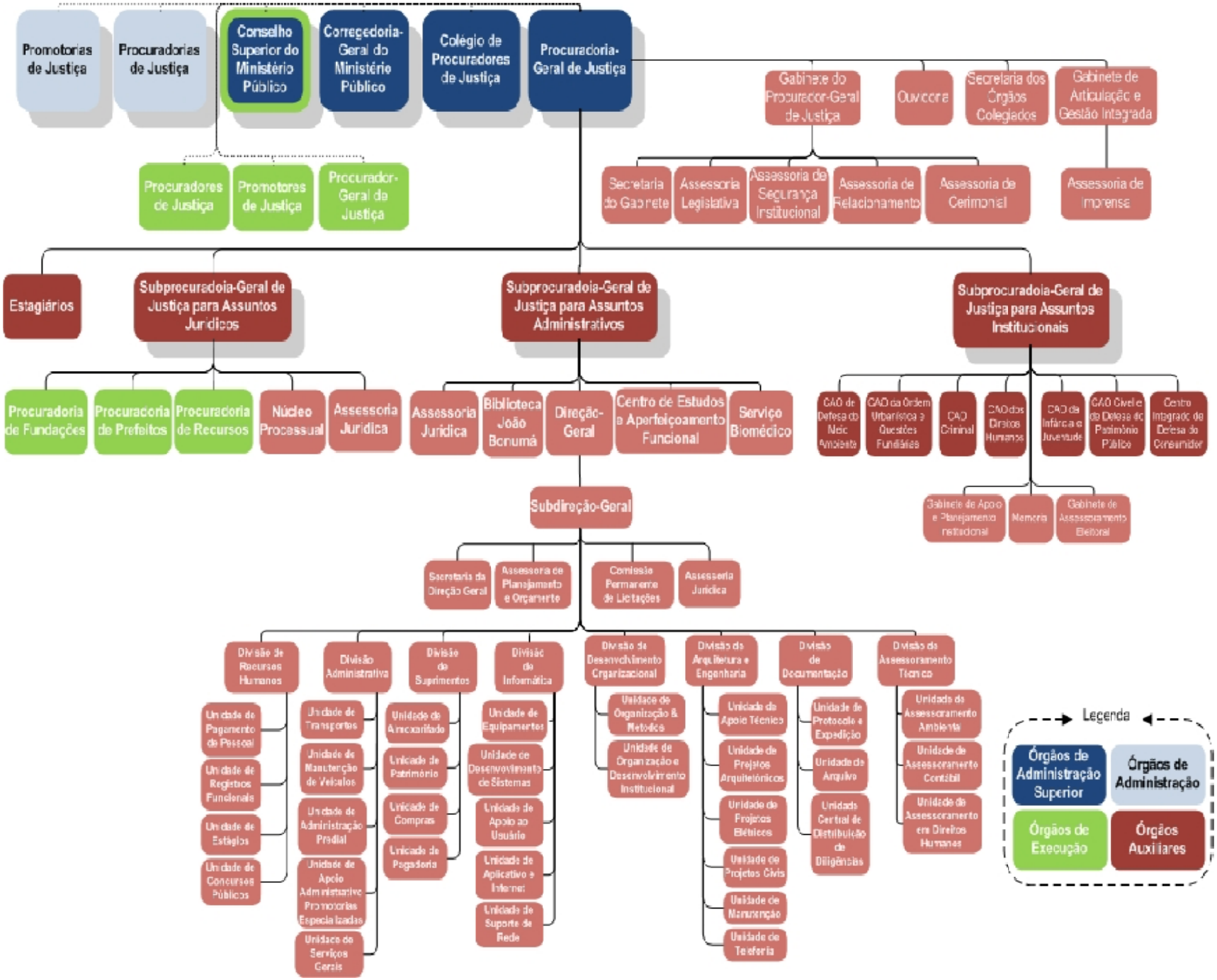
O Ministério Público em 2007, mantendo a excelência de sua atuação relacionada aos fins constitucionais – nas áreas criminal, cível e de defesa comunitária, tanto em juízo quanto, preferencialmente, antes de litigar –, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica.

Iniciou-se nova representação política, no que tange à chefia institucional, em 04 de abril de 2007, depois que a Governadora do Estado confirmou a escolha da classe, firmando-se praxe constitucional de abrangência nacional. Em maio de 2008, cerca de 77% dos Procuradores-Gerais de Justiça em exercício (20 dos 26 estados) têm em comum o fato de terem sido os mais votados pelos integrantes da carreira.

Quanto ao relatório, procurou-se inovar, ofertando sumário executivo que forneça visão ampla e seja de fácil consulta, disponível informe completo, com detalhes de todos os setores, em www.mp.rs.gov.br/transparencia/prestacaodecontas. Trata-se de não soterrar a informação num volume desmesurado de dados. Destacam-se o organograma, mais fiel à dinâmica institucional, e o mapa estratégico divulgado em 14 de dezembro de 2007, uma síntese gráfica da agenda do Ministério Público para os próximos 15 anos, com objetivos prioritários e indicadores de desempenho e metas. Além das notícias mais relevantes dos órgãos de administração e auxiliares, ordenou-se a atividade dos órgãos de execução de 2º e 1º graus. Panorama final sinaliza aspectos financeiros, administrativos e de atuação funcional que também foram remetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público, órgão de controle conforme o art. 130-A da Constituição Federal.

No fecho, com a atual nominata de todos os membros da instituição, o registro de que sem o talento e a dedicação de cada um o Ministério Público seria apenas uma abstração.

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.


Promotorias de Justiça
Procuradorias de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público
Corregedoria-Geral do Ministério Público
Colégio de Procuradores de Justiça
Procuradoria-Geral de Justiça
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ouvidoria
Secretaria dos Órgãos Colegiados
Gabinete de Articulação e Gestão Integrada
Procuradores de Justiça
Promotores de Justiça
Procurador-Geral de Justiça
Secretaria do Gabinete
Assessoria Legislativa
Assessoria de Segurança Institucional
Assessoria de Relacionamento
Assessoria de Cerimonial
Assessoria de Imprensa
Estagiários
Subprocuradoia-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Subprocuradoia-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Subprocuradoia-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Procuradoria de Fundações
Procuradoria de Prefeitos
Procuradoria de Recursos
Núcleo Processual
Assessoria Jurídica
Assessoria Jurídica
Biblioteca João Bonumá
Direção-Geral
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Serviço Biomédico
CAO de Defesa do Meio Ambiente
CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias
CAO Criminal
CAO dos Direitos Humanos
CAO da Infância e Juventude
CAO Cível e de Defesa do Patrimônio Público
Centro Integrado de Defesa do Consumidor
Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional
Memória
Gabinete de Assessoramento Eleitoral
Subdireção-Geral
Secretaria da Direção Geral
Assessoria de Planejamento e Orçamento
Comissão Permanente de Licitações
Assessoria Jurídica
Divisão de Recursos Humanos
Divisão Administrativa
Divisão de Suprimentos
Divisão de Informática
Divisão de Desenvolvimento Organizacional
Divisão de Arquitetura e Engenharia
Divisão de Documentação
Divisão de Assessoramento Técnico
Unidade de Pagamento de Pessoal
Unidade de Registros Funcionais
Unidade de Estágios
Unidade de Concursos Públicos
Unidade de Transportes
Unidade de Manutenção de Veículos
Unidade de Administração Predial
Unidade de Apoio Administrativo Promotorias Especializadas
Unidade de Serviços Gerais
Unidade de Almoxarifado
Unidade de Patrimônio
Unidade de Compras
Unidade de Pagadoria
Unidade de Equipamentos
Unidade de Desenvolvimento de Sistemas
Unidade de Apoio ao Usuário
Unidade de Aplicativo e Internet
Unidade de Suporte de Rede
Unidade de Organização & Métodos
Unidade de Organização e Desenvolvimento Institucional
Unidade de Apoio Técnico
Unidade de Projetos Arquitetônicos
Unidade de Projetos Elétricos
Unidade de Projetos Civis
Unidade de Manutenção
Unidade de Telefonia
Unidade de Protocolo e Expedição
Unidade de Arquivo
Unidade Central de Distribuição de Diligências
Unidade de Assessoramento Ambiental
Unidade de Assessoramento Contábil
Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos
Legenda
Órgãos de Administração Superior
Órgãos de Administração
Órgãos de Execução
Órgãos Auxiliares

Mapa Estratégico do Ministério Público RS
GEMP 2022
Gestão Estratégica do Ministério Público
Impacto Social
Educação de qualidade
Saúde integral e melhor qualidade de vida
Criminalidade e corrupção reduzidas
Criança e adolescente protegidos
Meio ambiente preservado
Democracia e ordem jurídica garantidas
Sociedade
Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas
• Parceira • Independente • Responsável • Efetiva
• Acessível • Ética • Atuante
Processos
Eficiência Operacional
Aumentar a produtividade
•Custos Legis & Órgão Agente
•Capacidade instalada x distribuição de atribuições
•Ações coordenadas
Fortalecer a atividade extrajudicial
Aproximação com a sociedade
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade
Aprimorar o atendimento ao público
Parcerias
Atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor
Foco de atuação
Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde
Exigir qualidade na educação básica
Intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado
Garantir a proteção dos recursos hídricos
Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público
Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência
Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas
Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios
• Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana
Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos
Pessoas e Tecnologia
Desenvolvimento de Pessoas
Desenvolver e gerir competências
• Fiscalização de políticas públicas
• Atividade Investigativa
• Técnicas de negociação
• Gestão de processos, pessoas e projetos
• Trabalho em equipe
Ambiente Organizacional
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho
• Comunicação interna
• Qualidade de vida
• Reconhecimento
• Democracia
Tecnologia
Melhorar a gestão administrativa, padronizando processos e rotinas
Garantir disponibilidade de informação para tomada de decisão
• Gestão
• Investigação
Recursos
Captar recursos extra-orçamentários
Assegurar recursos orçamentários necessários

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é o órgão pelo qual tramitam os documentos, escritos ou eletrônicos, submetidos à apreciação e ao despacho do Chefe da Instituição. Presta assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça na sua atuação política e de representação. É de responsabilidade do Chefe de Gabinete a organização da agenda do Procurador-Geral de Justiça e a coordenação da atuação da Secretaria do Gabinete e das Assessorias de Cerimonial e Relações Públicas, de Segurança Institucional, Legislativa e Relacionamento.

Totais - Secretaria do Gabinete:
Autorização de portarias.....1212
Correspondências recebidas.....10.185
Memorandos.....1.792
Memorandos Circulares.....87
Ofícios.....1.525
Ofícios Circulares.....94
Pagamentos de diárias.....610

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público

A Secretaria dos Órgãos Colegiados, coordenada por Promotor-Assessor tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, (Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público) no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.

Conselho Superior do MP:
Processos distribuídos.....6.962
Processos apreciados.....7.438
Pautas elaboradas.....43
Atas registradas.....43
Avisos publicados.....63
Sessões realizadas.....43

Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público
Processos distribuídos.....34
Processos apreciados.....44
Pautas elaboradas.....10
Atas das Sessões realizadas.....11

COMPARAÇÃO PERCENTUAL		
Processos	2006	2007
Inquéritos Civis	7447	7110
Diversos	85	84
Vacância	84	85
Edital Remoção	90	83
Edital Promoção	12	03
Estágio Probatório	75	0
Suspeição	68	72
Disciplinar	13	09
Total	7874	7446

A diferença percentual em relação ao ano anterior foi de **0,9%.**

GABINETE DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA

O Gabinete de Articulação e Gestão Integrada (GAGI) tem como atribuições assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxiliar na sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, além de monitorar e harmonizar o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão.

Também é encargo do GAGI:
I - sistematizar, atualizar e divulgar os indicadores de efetividade da atuação do Ministério Público e elaborar o relatório previsto no artigo 25, III, da Lei Estadual nº 7.669/82;
II - coordenar, na sua atuação externa, a Assessoria de Comunicação Social.

Considerando as atribuições elencadas, o GAGI assumiu a condução do processo de construção do planejamento estratégico da Instituição, ciente de que apenas planejar não era suficiente, e sim gerenciar a implantação gradativa da estratégia, aferindo os progressos e as dificuldades, de forma a garantir a execução daquilo que foi planejado.

Neste contexto, é desenvolvido o projeto GEMP 2022, que contempla a implantação de um sistema de governança, responsável pela gestão estratégica do

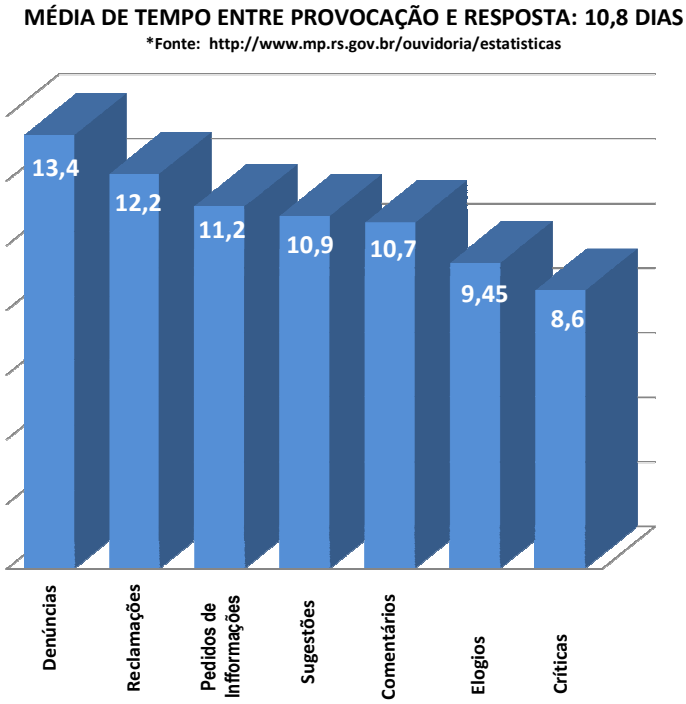
Ministério Público até 2022. O projeto compreende as seguintes etapas: Alinhamento Estratégico, Mapa Estratégico, Indicadores de Efetividade, Metas e Planos de Ação e Monitoramento.

Cartaz de Comunicação das Etapas do GEMP 2022

Partindo de um encontro de Alinhamento Estratégico (08 a 10/08/2007, com cerca de 400 membros e servidores) e passando por 12 encontros regionais, ocorridos entre 24/10 e 09/12/2007 (Santana do Livramento, Bagé, Pelotas, Santo Ângelo, Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Tramandaí, Canoas, Porto Alegre) o Mapa Estratégico, com os respectivos indicadores, foi lançado à sociedade gaúcha em 14/12/2007, dia nacional do Ministério Público.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul é um importante canal de comunicação do cidadão e da comunidade com a Instituição, objetivando o aprimoramento no atendimento e nos serviços que presta à sociedade. Em 2007, a Ouvidoria recebeu 2.281 manifestações (denúncias, reclamações, críticas): 47% (1.069) foram encaminhadas a Promotorias de Justiças e 40,5% (924) foram remetidas para órgãos e setores variados.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Lei n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, Art. 17:
§ 1º - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete:
I - substituir o Procurador-Geral em suas faltas;
II - coordenar os serviços da Assessoria;
III - coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação;
IV - remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais;
V - elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e dos trabalhos realizados pela Assessoria, remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;
VI - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

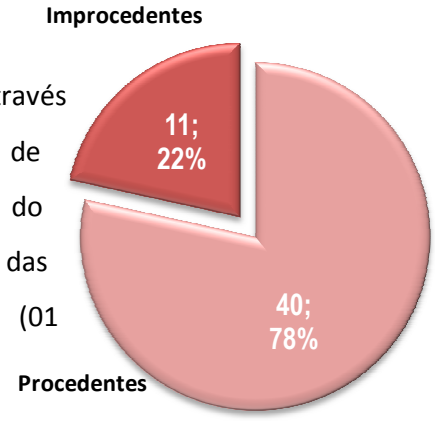
Possui atribuições de coordenação da Assessoria Jurídica, nos processos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça. Exerce, ainda, a supervisão de Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de Prefeitos e defesa do patrimônio público, bem como da Procuradoria de Fundações.

Processos Recebidos
Comparativo 2006x2007

Em 2007, foram recebidos 2.582 processos, contra 1.757 em 2006, um crescimento de aproximadamente 47%. A maioria (27,5%) composta por Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

Em 2007, o Procurador-Geral de Justiça propôs, através da Assessoria Jurídica, **134** Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, 83 pendem de julgamento, e no universo das ações julgadas (51), **40** foram julgadas procedentes (01 parcial); 11 improcedentes.



PROCURADORIAS COM ATUAÇÃO DELEGADA

Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos funciona nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores (STF e STJ). Em janeiro de 2007, extinguiu-se a atuação "custos legis" da Procuradoria, na qual o Ministério Público apenas emitia seu parecer em processo no qual não era parte.

MOVIMENTAÇÃO	
Processos Recebidos	8.096
Medidas Judiciais Protocoladas	6.168
Processos com Inviabilidade Recursal	863
Processos com outras providências	2.367

Percebe-se que mais de 2/3 da atuação recursal concentra-se na área criminal, com relevo, no cível, para a área da infância e da juventude.

RECURSO	CÍVEL	CRIME	TOTAL
Recurso Extraordinário	94	376	**470**
Parecer em Recurso Ordinário	0	3	**3**
Recurso Especial/Extraordinário - Contra-Razões	0	971	**971**
Recurso Especial/Extraordinário ECA - Contra-Razões	148	0	**148**
Recurso Especial/Extraordinário MP Parte - Contra-Razões	281	0	**281**
TOTAL	**523**	**1.350**	**1.873**

Procuradoria de Prefeitos

Em agosto de 2005, fundiram-se a anterior Procuradoria de Prefeitos com a então Procuradoria da Probidade Administrativa, formando-se a atual Procuradoria de Prefeitos.

MOVIMENTAÇÃO	
ACP Ajuizadas	56
Arquivamentos no CSMP	481
Condenações	6
Denúncias oferecidas/aditamentos - Atuais Prefeitos	38
Promoções/diligências e Procedimentos Investigatórios	851

Convém lembrar que a Procuradoria da Probidade Administrativa foi criada em razão da edição da Lei n.º 10.628/02, bem como da criação da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça que detinha competência, entre outras matérias, para processar e

julgar, originariamente, as ações de improbidade administrativa promovidas contra Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais.

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA ESPECIAIS

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça, na forma da Lei n.º 11.282/98, instituindo-se os seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal, Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Especializada. Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar

Perante o Tribunal Militar atua um Procurador de Justiça Criminal, nos termos da Lei n.º 11.282/98.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2006	364	364	50
2007	695	690	49

Procuradoria de Justiça perante o Tribunal de Contas

Atuam perante o Tribunal de Contas do Estado dois Procuradores de Justiça classificados nas Procuradorias de Justiça instaladas junto àquela Corte, cujos cargos serão transformados em cargos de Procurador de Justiça Substituto na medida em que vagarem, conforme dispõe a Lei n.º 11.313/99.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2006	9.246	8.737	109
2007	12.261	13.232	107

Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial

Conforme a Lei n.º 11.978/03, atua perante a Junta Comercial Procurador de Justiça cuja atuação e atribuições são definidas através de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça.

Atividades:
Sessões Plenárias - 98
Pareceres e consultas em Plenário - 209
Pareceres em Processos Administrativo - 76
Promoções - 23
Interposição de Recurso - 2
Processos Adm. propostos contra Empresas de Bingo – 89
Pareceres em Processos Judiciais – 4
Pesquisas de Atos Constitutivos - 2.936

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos presta assessoramento, por meio de qualificado corpo funcional, nas mais variadas atividades-meio, além de realizar o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, a fim de viabilizar a melhor prestação dos serviços públicos nas atividades-fim.

COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

As atribuições da Comissão Disicplinar Permanente consistem em instruir Procedimentos de Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares, bem como atuar na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, exarar informações acerca de conduta de servidores e certidões acerca da existência ou não de penalidades dos assentamentos dos servidores para fins de cursos ou concursos.

	Instaurados	Arquivados	Tramitando
Sindicâncias	57	49	08
Processos Administrativos	02	01	01

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF

O Plano Anual de Educação Institucional induz que os projetos educacionais sejam executados com base nas linhas traçadas pelos Planos Gerais de Atuação Institucional e Administrativa e, agora, pelo Mapa Estratégico do Ministério Público, além dos apontamentos feitos nas Ficha de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores e de demandas pontuais de membros e servidores.

Objetivando proporcionar conhecimentos básicos acerca da Instituição a servidores recém chegados o Programa de Integração de Novos Servidores – PROSERV – foi adaptado às novas tecnologias em matéria educacional. O Treinamento Básico, módulo inicial do programa, é o primeiro curso desenvolvido e gerenciado na modalidade de Ensino a Distância – EAD, por intermédio do Portal de Ensino a Distância do Ministério Público, usando recursos de hipertextos, vídeos, fotos e gráficos.

Capacitação:
Total de Eventos do Ano: 245
Nº de Participações: 4.771
Investimento Total: R$ 797.102,87
Total de Horas de Capacitação: 4.083 horas

No ano de 2007, foi dada continuidade ao Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça, que tem por objetivo transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades básicas para gestão de uma unidade administrativa (Promotoria de Justiça). Renovada a parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o curso ocorreu em Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas.

Novidade foi o desenvolvimento do Banco de Talentos, ferramenta que tem por objetivo identificar o conhecimento de membros e servidores do Ministério Público, na intenção de melhor aproveitá-lo e identificar possíveis contribuições, inclusive em projetos educacionais de aperfeiçoamento funcional. Neste Banco de Talentos, o Ministério Público tem cadastrados, entre membros e servidores, **126** Especialistas, **35** Mestres e **7** Doutores.

Pós-Graduação

Referente às bolsas parciais, concedidas a membros da Instituição em cursos de pós-graduação, em universidades do Rio Grande do Sul, são vinte e sete membros com cursos de especialização em andamento (Direito da Criança e do Adolescente, Direito

Especializações - 16
Mestrados - 13
Doutorados - 2

Constitucional, Direito Penal, Processual Penal e Direito Civil). Há também os cursos de Mestrado em Direito do Estado e Mestrado em Filosofia.

Distribuição do Investimento por Programa de Capacitação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R$	% Representativo
Áreas Administrativas	35.935,80	4,51%
Área Médica	69.111,67	8,67%
Assessoramento Técnico	18.262,00	2,29%
Ciclo de Debates	187.405,25	23,51%
Demandas Isoladas	11.633,08	1,46%
Direito	48.705,00	6,11%
Formação de Gestores	163.982,40	20,57%
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	600,00	0,08%
Informática - Desenvolvedor	1.880,00	0,24%
Informática Usuários	20.644,20	2,59%
Proserv	52.914,18	6,64%
Pós-Graduação de Membros	87.044,70	10,92%
Qualidade de Vida	6.960,00	0,87%
TOTAIS	**797.102,87**	**100,00%**

SERVIÇO BIOMÉDICO

O Serviço Biomédico tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores do Ministério Público. Este Serviço é composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Assessoramento Técnico:
453 assessorias,
512 avaliações.
Atividades Assistenciais de Emergência:
207 atendimentos clínicos, odontológicos, psicológicos e psiquiátricos,
1.065 procedimentos de enfermagem.
Gabinete Odontológico:
480 atendimentos

Em 2007, o Serviço Biomédico emitiu **1.260** laudos, tendo como principais demandas as perícias para concessão de licença para tratamento de saúde de membros, servidores e seus familiares, perícias para ingresso em cargos do quadro de pessoal do Procuradoria-Geral de Justiça e assessoramentos técnicos às Promotorias de Justiça.

Além disso, o Serviço Biomédico participou de atividades de apoio institucional, mantendo plantões médicos em eventos do Ministério Público, promovendo palestra de orientações no combate à dengue e vacinação contra rubéola.

BIBLIOTECA JOÃO BONUMÁ

A Biblioteca João Bonumá oferece acesso para consulta local e pesquisas a toda comunidade - empréstimos somente para membros e servidores do Ministério Público. Em 2007, o investimento total em aquisições foi de **R$ 198.989,64.**

	Livros	Periódicos	TOTAL
Empréstimos	11.441	1.429	**12.870**
Devoluções	11.316	1.404	**12.720**
Renovações	14.169	1.836	**16.005**

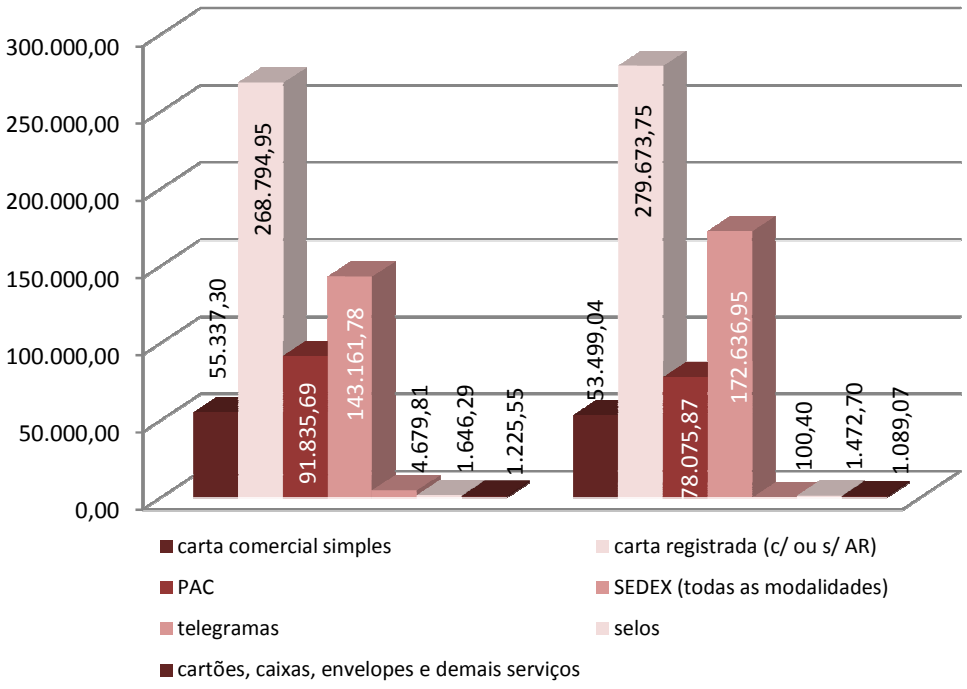
A Biblioteca oferece também o acesso a bases de dados de legislação federal, estadual e do Município de Porto Alegre, que são mantidas e atualizadas pelos bibliotecários (disponíveis aos usuários internos via intranet). Além delas, também existem outras bases de dados jurídicas em CD-ROM que podem ser consultadas no local.

Tipo de Obra	Títulos	Exemplares
Livros	9.680	12.257
Folhetos	444	470
Artigos indexados	3.217	-
Pastas	35	35
Folhas Soltas	164	164
Microfichas	1	1
Periódicos	299	11.516
Capítulos de Livros indexados	1.180	-
CD-ROM	41	43
TOTAL	**15.052**	**24.137**

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Foram 260.486 registros de entrada processos no Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) durante o exercício de 2007, na Sede do Ministério Público, sendo que destes, 60,8% foram da Fazenda Pública (158.474 registros). Dos 379.536 registros de entrada de processos nos sistemas SGP, SIJ, SGR e SESP realizados em 2007 na Sede do MP, 68,6% referem-se a registros efetuados no SGP(260.486 registros).

DESPESA COMPARATIVA 2006/2007 POR MODALIDADE OU AQUISIÇÃO DE PRODUTOS



Em 2006 tivemos um gasto com a utilização dos serviços dos Correios da ordem de R$566.681,37 e em 2007 da ordem de **R$586.547,78.**

Vinculada à Divisão de Documentação, funciona a Unidade Central de Distribuição e Diligências - UCDD, cujo volume de diligências vem num crescente, todas

sendo cumpridas com um efetivo de 07 Secretários de Diligências, num primeiro momento, e atualmente com 06.

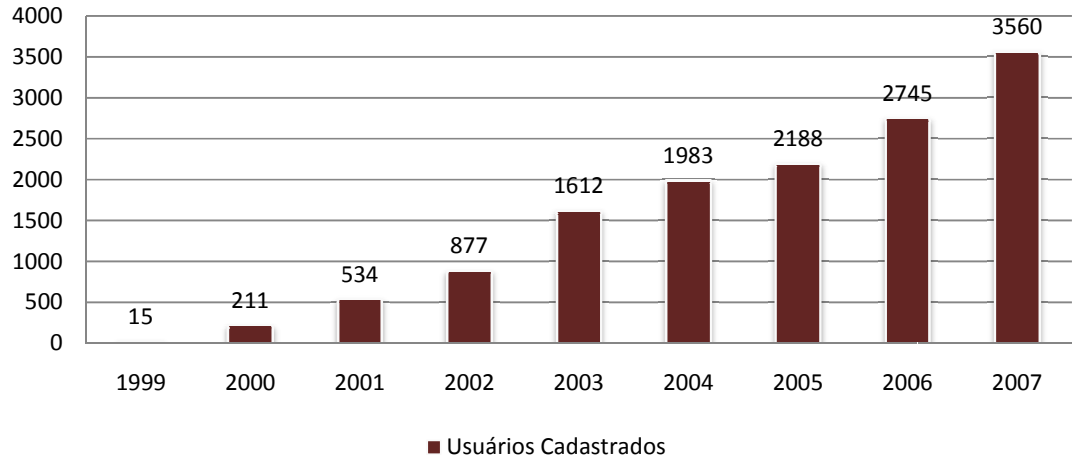
É feito o controle diário das diligências distribuídas e realizadas, por tipo, requerente, local e horário. Estes controles têm por objetivo a implantação do serviço de forma estruturada no exercício de 2008. Pela análise das informações, infere-se que das 1.328 diligências realizadas pela equipe desde 20 de agosto, 1.231, ou seja, 92,7% dizem respeito a entrega de ofícios e apenas **7,3%** a diligências tipicamente caracterizadas como atividade perigosa, segundo Lei Estadual 11.206/98, Art.2º.

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

A Divisão de Informática é responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Possui as atribuições de supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, e propor uma política de informática e implementá-la. Compõem a Divisão de Informática a Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação, Unidade de Aplicativos e Internet, Unidade de Apoio ao Usuário, Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, Unidade de Equipamentos e Unidade de Suporte à Rede.

Quanto à Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação destacam-se as seguintes atividades:
Reformulação dos portais da intranet e internet de diversos setores;
Banco de Talentos;
Criação de diversas bases de dados para os setores do Ministério Público;
Desenvolvimento do Sistema de Ensino à Distância para o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Total de Usuários Cadastrados para acesso aos Sistemas Corporativos



Evolução do Parque de Equipamentos

Descrição	até 2004	2005	2006	2007
Computadores	3783	3471	4754	3471
Impressoras	1347	1880	1880	1880
Scanners	109	105	105	335
Notebooks	60	50	732	882
Servidores de Rede	37	47	47	77
Equipamentos de Rede	540	597	680	597
Total Total de Equipamentos	5876	6150	8198	6150

DIVISÃO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

Obras:
08 sedes próprias
05 locações
05 ampliações
25 reformas/manutenções
01 restauro
Total de laudos: 28
Total de projetos: 17

A Divisão de Arquitetura e Engenharia presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras que, hoje, têm dado dignidade ao trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público. As principais atividades da Divisão são a elaboração de projetos, laudos, todo o trabalho necessário para a construção, reforma dos prédios e os serviços de manutenção. Além destes, são executadas pequenas adaptações, com o desenvolvimento de “lay-outs” e fiscalização de serviços.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa, em linhas gerais, coordena e executa os serviços auxiliares da Instituição. Gestiona aproximadamente 80 contratos administrativos, tais como contratos de serviços e aquisição de bens. No ano de 2007, em conjunto com as Assessorias Jurídicas da Direção-Geral e da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, foi formulado e publicado ato normativo **proibindo a contratação de cooperativas para prestação de serviços continuados (Provimento n.º 52/2007)**.

Atualmente, a Instituição conta com uma frota de 89 veículos, sendo que cinco foram adquiridos em 2007.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2007 foi publicado o novo regulamento dos Concursos Públicos para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público e definida a divisão do Estado em regiões administrativas, a fim de atender aos concursos regionalizados, bem como as nomeações nessa modalidade de concurso, conforme Provimentos nº 46, 47 e 64/2007.

Destaca-se, também em 2007, a publicação do Provimento nº 36/2007 que reajustou o valor pago a título de bolsa-auxílio e instituiu o benefício do auxílio transporte aos estagiários bolsistas do Ministério Público, o que contribuiu para a redução da rotatividade do quadro e retenção de talentos.

Cabe mencionar que o Ministério Público contava, em dezembro de 2007, com 1.255 estagiários, sendo que 86,37% deste quadro prestava estágio de forma

remunerada e 88,84% cursava a Faculdade de Direito, demonstrando a preocupação da atual gestão em proporcionar a esses estudantes aprendizagem social, profissional e cultural pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.

Percebeu-se redução de pessoal no último ano, em conseqüência da impossibilidade de se efetivar a reposição de servidores que deixaram o Ministério Público.

Dezembro	2005	2006	2007
Agente Administrativo	226	275	269
Assessor Jurídico	363	380	357
Assistente de Promotoria de Justiça	96	170	158
Secretário de Diligências	298	312	302

DIVISÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO

A Divisão de Assessoramento Técnico é responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico-cultural, contabilidade, engenharia civil e arquitetura e serviço social e psicologia. Em dezembro de 2007 foram criadas três Unidades: Unidade de Assessoramento Ambiental, Unidade de Assessoramento Contábil e Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos.

Foram expedidos, 413 relatórios técnicos distribuídos entre: avaliações sociais, avaliações psicológicas, vistorias a entidades de atendimento, relatórios de análise de projetos e de políticas públicas, bem como projetos de intervenção. Do conjunto das intervenções realizadas, 90% ocorreram em Porto Alegre e região metropolitana e 10% no interior.

Dentre as demandas coletivas atendidas, na área de Direitos Humanos, destaca-se a fiscalização de entidades de abrigos para crianças e adolescentes, por meio do Projeto de Fiscalização de Abrigos de Porto Alegre e da fiscalização de abrigos no

interior do estado nos municípios de Butiá, Erechim, Ijuí, Santo Augusto, Soledade e Taquari. Realizou-se, ainda, análise de políticas públicas nos municípios de Lajeado (área de exploração sexual), Passo Fundo e Porto Alegre (referente à pirataria), assim como fiscalização a abrigos para idosos em São Borja e Campo Bom.

O Projeto, ainda em curso, visa conhecer a realidade de toda a rede municipal de abrigos, bem como oferecer subsídios técnicos à intervenção do Ministério Público na área. O projeto teve sua execução iniciada em julho de 2006, sendo as visitas concluídas em junho de 2007. Foram realizadas 75 visitas desde o início do projeto, sendo em torno de 30 no ano de 2007. Após a realização das visitas e elaboração do respectivo relatório, realizou-se em outubro o Seminário "Rede de abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade", com o objetivo de apresentar aos responsáveis pelos abrigos a situação dos abrigos no município.

Quanto à Unidade de Assessoramento Contábil, é de ressaltar a realização do 1º Curso de capacitação para Curadores, no intuito de divulgar o Manual de Prestação de Contas de Família e Sucessões. O Manual foi formulado considerando-se o elevado número de processos de curatela e inventário, que exigem a manifestação do Ministério Público quanto à regularidade das prestações de contas realizadas pelos curadores e que não seguem nenhum modelo de apresentação.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais está estruturada no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional e promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos.

Para auxiliar a consecução destes objetivos, encontram-se vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais: o Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, o Gabinete Eleitoral, a Força-tarefa Bingos, os Centros de Apoio Operacional e o Memorial do Ministério Público.

Convênios Provimento 13/2005:
30 propostas analisadas
07 celebrados
19 apreciados favoravelmente
03 não foram renovados

Ao longo do ano de 2007, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desenvolveu suas atividades a partir do **Plano Geral de Atuação Institucional 2007**, sempre buscando o aprimoramento da política institucional. Com esse foco, participou ativamente do GEMP 2022 – Gestão Estratégica do Ministério Público; bem como apoiou ações por área de atuação (meio ambiente, cidadania, infância e juventude, ordem urbanística, consumidor, criminal e cível). Noutra face de sua atuação, no atendimento de membros da Instituição, serviu de instrumento para a solução de diversos procedimentos, buscando a valorização da função do Promotor de Justiça como órgão agente (autor de ações), o incremento do contato social e a efetividade de atuação.

GABINETE DE APOIO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional participa da construção de diretrizes e metas da Instituição, atuando, neste particular, de forma articulada com o Gabinete de Articulação e Gestão Integrada e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e em permanente contato com os Centros de Apoio Operacional, bem como prestando assistência aos órgãos de execução no planejamento de suas atividades funcionais e contribuindo na busca de integração dos diversos organismos institucionais.

Nesse escopo, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais há alguns anos vem procurando informar e qualificar os Membros do MP-RS em relação à atividade de inteligência. Com este objetivo foi realizado o "Ciclo de Estudos e Procedimentos Básicos de Inteligência", um curso organizado e ministrado por integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Programa Veraneio 2007

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Provimento n.º 27/2006, visando a atender aos anseios da sociedade e a dar cumprimento a sua missão constitucional, através do Programa Veraneio, implementado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007 nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, adotou medidas estratégicas para responder às necessidades decorrentes do aumento da população no litoral norte.

Promotoria	Pessoas atendidas	Entrada Processos Criminais	Entrada Processos Cíveis	Entrada Processos Inf. Juv
TRAMANDAÍ	799 948	4567 5685	389 338	351 358
CAPÃO DA CANOA	589 683	3119 3938	723 623	294 285
TORRES	584 648	2609 2991	438 466	261 422
TOTAL	1972 2279	10295 12614	1550 1427	906 1065

OBS: Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006
Os dados em preto são relativos ao Programa Veraneio 2007.

PESQUISA DE OPINIÃO

Questionamento	Comparecimento espontâneo	Comparecimento por notificação	Média
Atendimento pelos servidores	Ótimo 80% 78%	Ótimo 64% 62%	97% de avaliação positiva 97,5% de avaliação positiva
	Bom 18% 21%	Bom 32% 34%	
Tempo de espera	Até 15min 92% 87%	Até 15min 83% 75%	87,5% até 15min 81% até 15min
	Até 30min 6% 8%	Até 30min 13% 17%	9,5% até 30 min 12,5% até 30min
Atendimento pelo Promotor	Ótimo 81% 81%	Ótimo 71% 69%	97% de avaliação positiva 95% de avaliação positiva
	Bom 17% 16%	Bom 25% 27%	
Avaliação Geral dos Serviços	Ótimo 72% 73%	Ótimo 53% 53%	95% de avaliação positiva 94% de avaliação positiva
	Bom 24% 23%	Bom 41% 39%	

Universo da pesquisa = 1359 formulários;
OBS: Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006,
os dados em preto são relativos ao Programa Veraneio 2007.

Combate à Pirataria

Durante o ano de 2007, foi realizada a 7ª Reunião do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria, na qual foi discutida e aprovada a renovação do Termo de Cooperação e apresentado aos participantes o projeto piloto de educação **"ESCOLEGAL".** O projeto visa a educar alunos, pais e professores quanto aos riscos do consumo de produtos ilícitos; às armadilhas do fácil acesso a esse tipo de mercadorias; e à proximidade dessas atividades com as demais formas de manifestação da criminalidade organizada. O projeto, inicialmente, foi desenvolvido em três escolas da rede estadual de Porto Alegre e contou com o acompanhamento da Equipe Técnica da Divisão de Assessoramento Técnico do MPRS. Em 03 de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, foi assinado o novo Termo de Cooperação, que foi adaptado às novas diretrizes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP.

Ainda nessa seara, em agosto de 2007, realizou-se o Seminário de Combate à Pirataria. O evento, promovido pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais (representada pelo GABPLAN) e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em parceria com o Fórum Nacional de Combate à Pirataria, teve como objetivos principais atualizar e aprimorar os conhecimentos de membros e servidores do Ministério Público e de outros órgãos públicos responsáveis pela atividade de fiscalização na área de combate à pirataria. Participaram do evento aproximadamente 300 agentes públicos.

Protocolo de Intenções entre MPRS e Estado do Rio Grande do Sul, por meio das Secretarias da Justiça e do Desenvolvimento Social e da Fundação de Atendimento Sócioeducativo do Rio Grande do Sul

Intermediado pelo GABPLAN, em 18 de dezembro de 2007 foi assinado e publicado Protocolo de Intenções, visando à implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo, cujo objetivo principal foi a conjugação de esforços e de iniciativas destinadas à criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das estruturas do Estado com vistas ao cumprimento das medidas socioeducativas de

internação e semiliberdade aplicadas ao adolescente autor de ato infracional e ao apoio técnico aos Municípios para a criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.

GABINETE DE ASSESSORAMENTO ELEITORAL

O Gabinete de Assessoramento Eleitoral tem como missão institucional realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Subsídios enviados:
Número de consultas: 503
Modelos: 249
Legislação: 116
Jurisprudência: 540
Doutrina: 65
Pareceres exarados: 15

MEMORIAL

Tendo como objetivo inicial preservar a memória institucional, foi criado no ano de 2000 o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Gradativamente, torna-se também um agente cultural, desenvolvendo suas atividades a partir de três linhas de atuação: o programa de História Oral, o programa de Pesquisas e Publicações e o programa de Produção e Eventos.

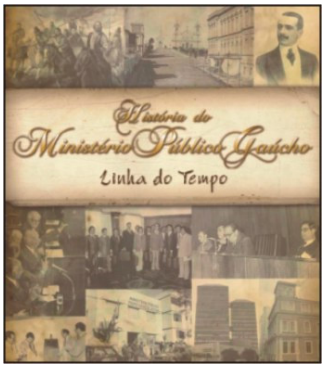
Publicações em 2007:

SOUTO, C. V. ,BISCHOFF A. W. Garibaldi: A Gênese do Mito In: Omar de Barros Filho; Ricardo Vaz Seelig; Sylva Bojunga (org.). Os caminhos de Garibaldi na América. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, v. 3, p. 125-144;

SOUTO, C. V. ,BISCHOFF, A. W. Garibaldi e a Revolução Farroupilha In: Omar de Barros Filho; Ricardo Vaz Seelig; Sylvia Bojunga (org.). Sonhos de Liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, v. 4, p125-137.
Publicação de artigo do Promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto sobre os 150 anos do Palácio do Ministério Público. Jornal O Sul, 10/09/2007.

Exposições, Eventos e Projetos:

"História do Ministério Público Gaúcho"



Apresentou alguns momentos da história da Instituição, destacando a luta de Promotores e Procuradores de Justiça que fizeram com que o Ministério Público se tornasse o guardião da cidadania, além de apresentar essa evolução institucional através de objetos, móveis e documentos de época. Vale salientar que esta é a 1ª exposição permanente sobre o Ministério Público no Rio Grande do Sul, servindo como mais um canal de aproximação da Instituição com a sociedade, uma vez que abre as portas para o cidadão. Subsidiou a atuação do Memorial na Semana do Ministério Público no Interior, exposição intinerante que objetivou levar até as comunidades locais um pouco da trajetória da instituição ministerial, por meio de painéis que apresentaram fotos, datas e fatos marcantes das diversas administrações superiores que se sucederam ao longo dos anos.

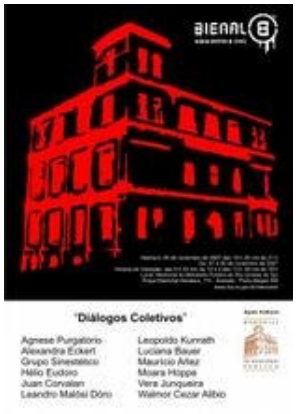
"A Ferro e Fogo", Tempo de Solidão

Alusiva à obra homônima do escritor Josué Guimarães e baseada na minissérie produzida pela RBS TV. A mostra reuniu trabalhos do artista e obras em diversas técnicas, como óleo sobre tela, esculturas em terracota, aquarelas, entre outras, de filhos, sobrinhos e netos de Josué Guimarães.

"A Tutela do Patrimônio Público"

Evento no qual ocorreram palestras, visita guiada ao Palácio e exposição a respeito da intervenção do Ministério Público gaúcho na proteção do patrimônio público do Estado.

Bienal B - Diálogos Coletivos



A mostra contou com trabalhos que abordaram temáticas relativas às atividades desempenhadas pelo Ministério Público perante a sociedade, como o combate à violência contra a pessoa, crimes contra o meio ambiente, as questões indígenas, entre outras.

Projeto Educação

O Projeto Educação foi criado em 2007 visando a divulgar aos estudantes do ensino fundamental e médio as atribuições e o Palácio, do Ministério Público. Para tal, foi criada uma cartilha com atividades lúdicas e um programa de visitação guiada pelo Palácio.

Semana comemorativa dos 150 anos do Palácio do MP

No dia 05 de setembro, comemoram-se os 150 anos da pedra fundamental do prédio que abriga atualmente o Palácio do Ministério Público. Neste período foi possível conhecer a história da edificação e sua relevância política e cultural através de passeio interno no Palácio e apresentação de palestras. Outrossim, para a comemoração do sesquicentenário, foi confeccionado um selo alusivo aos 150 anos do prédio, que popularmente se denominou **"Forte Apache"**, o qual o Memorial, desde então, tem utilizado em seu eventos e exposições.

Eixos de Atuação

EIXOS DE ATUAÇÃO

Historicamente, o Ministério Público organizou-se em sete grandes eixos de atuação, que correspondem à atual estrutura dos Centro de Apoio Operacional , aos quais foram designadas novas tarefas (Provimento 15/2007). Neste contexto, destacam-se algumas realizações.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas

Exigir qualidade na educação básica

- Curso Técnico de Coleta de Testemunho Adulto e Infantil - Realizado visando à qualificação dos membros e técnicos do Ministério Público para utilizar técnicas avançadas de coleta de testemunho adulto e infantil, a fim de obter o melhor resultado possível das entrevistas, tais como identificação de testemunhas e falsas memórias. Trata-se de experiência pioneira no país e na América Latina.

- V Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2003, e tendo como objetivo principal aprofundar a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pela rede de proteção infanto-juvenil. Foram realizadas **15** audiências públicas, abrangendo **143 municípios gaúchos**, alcançando um público aproximado de **3.000 pessoas**. A proposta da V Jornada foi a de ampliar a rede de proteção, permitindo o ingresso de **17 instituições** como parceiras do compromisso, assim como a participação de novos municípios.

- Transporte Escolar - O Ministério Público intermediou as negociações entre o Governo do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), resultando na assinatura de **Termo de Acordo** com a finalidade de regrar o pagamento do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, meio rural, realizado pelos municípios no ano letivo de 2007.

- "**Bully"** - Outra ação de impacto referiu-se à comercialização no Rio Grande do Sul do **Jogo "Bully"** (atividade em que o jogador, para vencer a partida, deveria efetuar ações de agressão contra professores, atos de violência e de promiscuidade), o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e o Centro Integrado de Defesa do Consumidor convidaram a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul

para analisar o material e informar tecnicamente sobre os possíveis efeitos no psiquismo de crianças e adolescentes. No início de 2008, a partir de representação encaminhada pelo Ministério Público, decisão judicial proibiu a importação, distribuição e comercialização do referido jogo.

- **Parceria com o DECA -** Por fim, menciona-se os trabalhos realizados em parceria com o DECA, dos quais resultaram proposta de alteração legislativa que não permita interpretação diversa do artigo 243 do ECA, que não seja a de criminalizar a conduta de quem dá ou vende bebida alcoólica para criança ou adolescente, está proposta foi apresentada ao Secretário Estadual de Segurança para estudo. A parceria estabelecida resulta da convicção de que a redução do consumo de bebida alcoólica pelos jovens permite melhoria no sistema de saúde pública, assim como no de segurança. Em outubro foi assinado pelo Ministério Público um **Termo de Cooperação Operacional** tendo por objetivo combater a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes em Porto Alegre. Pelo acordo, os estabelecimentos comerciais deverão exigir a apresentação do documento de identidade para comprovação da idade.

CRIME

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado

Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência

- **Sonegação Fiscal** - Na área do combate à **Sonegação Fiscal** e aos **Crimes Tributários** os trabalhos investigativos do Ministério Público, oriundos da coleta de depoimentos e de documentos, inclusive de outros Estados, forneceram subsídios e desencadearam inúmeras ações fiscais. Em 2007, o Ministério Público, através da Promotoria Especializada no Combate aos Crimes Tributários, somente de um acusado pediu o seqüestro de **62** bens, sendo **25** imóveis e **37** veículos, calculados em **R$ 12 milhões**. Neste caso específico, ocorrido na Serra gaúcha, a fraude foi detectada inicialmente pela Receita Estadual, que repassou as informações à Promotoria Especializada. Os prejuízos aos cofres públicos provocados pela sonegação em ICMS atingiram **R$ 48,5 milhões.**

- Ao longo de 2007, a Promotoria de Justiça Especializada de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária denunciou **92** sonegadores, cujos prejuízos ultrapassam **R$ 150 milhões**. Desde 2000, a Promotoria abriu processo-crime contra **950** fraudadores que lesaram os cofres gaúchos em mais de **R$ 1 bilhão**.

- **“Operação Gabarito" -** Ao longo de 2007, vários Promotores de Justiça ingressaram com ação civil pública nos Foros locais, contra Prefeitos e Secretários Municipais envolvidos no esquema que burlava concursos públicos, foi a chamada **“Operação Gabarito"**. Afastamento de Prefeitos, desconstituição de concursos públicos, fixação de multas, perda dos direitos políticos, indisponibilidade de bens e

ressarcimento ao erário público foram algumas das solicitações feitas pelo Ministério Público à Justiça.

- "Nerds II" - O Ministério Público também denunciou à Justiça 20 dos 29 integrantes do grupo de hackers durante a operação **"Nerds II"**. A ação foi efetuada por agentes da Força-Tarefa da Promotoria de Justiça Especializa Criminal da Capital e teve apoio da Polícia Civil. Os hackers – indivíduos que ingressam em sistemas fechados de computadores – lesando clientes e instituições financeiras, desviaram via Internet mais de **R$ 10 milhões** de contas bancárias.

- **Bingos** – destacam-se, também, os números impressionantes das diversas operações de apreensão de máquinas caça-níqueis realizadas pela ForçaTarefa Bingos e pelos Promotores de Justiça do interior do Estado no combate ao jogos ilícitos: **3.794** máquinas "caça-níqueis" e R$ **432.675,79** apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos que operavam no interior do Estado; **3.499** máquinas "caça-níqueis" e **R$ 546.312,26** apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos que operavam na Capital e **R$ 422.805,51** obtidos em transações penais, os quais foram destinados, dentre outras entidades, ao Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), Polícia Civil, Instituto Miguel Dario, Conselho Pró Segurança Pública (CONSEPRO).

MEIO AMBIENTE

- Águas Subterrâneas - Neste eixo, no ano de 2007, o Ministério Público enfrentou assuntos como a proteção e o adequado uso das **águas subterrâneas** no âmbito do Estado, o gerenciamento dos **resíduos sólidos** nos prédios da Instituição, assim como os reflexos da questão do desastre ambiental ocorrido no **Rio dos Sinos**, em outubro de 2006, quando **86 toneladas** de peixes morreram.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a proteção dos recursos hídricos

- **Silvicultura** - Foram discutidas situações pontuais relativas à expansão da plantação de árvores em grandes extensões de terra no Rio Grande do Sul. O objetivo do Ministério Público é garantir uma regulamentação que propicie a preservação do meio ambiente, para tanto, há um **Termo de Ajustamento de Conduta** celebrado entre o Ministério Público e o Governo do Rio Grande do Sul, impondo a realização do Zoneamento Ecológico do Estado e o Licenciamento Ambiental da Silvicultura submetido ao prévio Estudo de Impacto Ambiental.

- Créditos de Carbono - Foi composta uma comissão para discutir a atuação do Ministério Público nessa frente. O objetivo do grupo é definir uma posição Institucional sobre a possibilidade de viabilizar, nos Termos de Ajustamento de Conduta e nas Ações Civis Públicas, compensações ambientais através da neutralização ou da venda de

créditos de carbono. A compra de créditos de carbono é uma ferramenta importante nesse contexto, sendo que o Ministério Público poderá contribuir para o enfrentamento do problema, em suas atuações judicial e extrajudicial. A Instituição vai propor ações que obriguem os agentes poluidores, como forma de compensação ambiental, a desenvolver projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, em áreas como a geração de energia elétrica, suinocultura, aterro sanitário, entre outras, de modo a inibir e reduzir as emissões de CO^2, fazendo, inclusive, com que tais atividades - do ponto de vista ambiental - tornem-se sustentáveis economicamente.

- **Bacias Hidrográficas** - Em outra frente, atendendo antigo desejo da classe de que atuações institucionais de caráter regionalizado fossem possíveis, desencadearemos ações em cada uma das **25 Bacias Hidrográficas** existentes em nosso Estado. Atuaremos, prioritariamente, na restauração das **matas ciliares** e no tratamento dos resíduos sólidos, buscando a recomposição das áreas onde identificada a existência de **"lixões"** e a implementação de políticas públicas para o enfrentamento do tema, com foco na educação ambiental.

DIREITOS HUMANOS

Na promoção dos **direitos humanos**, temos uma frente de atuação prioritária, com ênfase para a efetivação dos direitos prometidos pela Constituição Federal na área da saúde pública, cuidando-se, ainda, da tutela da população idosa e de prevenir discriminações de todo tipo, seja em função de sexo, cor, religião, etc.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde

- Saúde - Dando continuidade à implementação e à difusão da Política Estadual de Saúde e objetivando, ainda, instrumentalizar os Promotores de Justiça na área, promovendo espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Público para a efetiva aplicação desta Política, foram realizados no ano de 2007 sete encontros regionais de saúde no Estado. Assim como foi assinado **Termo de Ajustamento de Conduta** com o Município de Porto Alegre, no sentido de que se abstenha de contratar profissionais para a área da atenção básica da saúde, incluindo os profissionais do Programa Saúde da Família, sem a realização de concurso público ou de processo seletivo público.

- **Política Nacional de Planejamento Familiar** - No ano de 2007, se vem intensificando a divulgação e implementação da **Política Nacional de Planejamento Familiar** (Lei 9.263/96), como ação básica de saúde voltada à constituição de um ser humano autônomo e menos conflituoso no meio social. Para tanto, em março, o Ministério Público celebrou **Protocolo de Intenções** para Promoção do **Planejamento Familiar** no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Governo do Estado, a

Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Foi promovido ainda um importante evento na área que objetivou desenvolver um Seminário experimental sobre **Paternidade Responsável**, introduzindo a idéia da Escola de Paternidade Responsável, projeto permanente, com início previsto para o ano de 2008.

- **Portadores de Necessidades Especiais** - Foram realizados oito encontros regionais para discussão das **Políticas para Pessoas com Deficiência** no Estado do Rio Grande do Sul, bem como seminário acerca do assunto, possibilitando um espaço de integração entre as entidades de atendimento, municipais e estaduais, como também entre as pessoas portadoras de necessidades especiais.

- **Idoso** - Com o objetivo de propiciar espaço de discussão e troca de experiências sobre o **Estatuto do Idoso** e sobre a necessidade de medidas que viabilizem a garantia dos direitos nele assegurados foram realizados encontros ao longo de 2007. Os resultados foram positivos no sentido de colher informações sobre o estabelecimento de rede de atendimento de todos os municípios do Estado, bem como, das demandas existentes na área, reflexos da aplicação da Lei nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

CÍVEL

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público

Na área **cível** em geral, além de atuarmos em todos os processos judiciais em que há interesse social ou individual indisponível (causas de família, incapazes), há especial atenção à defesa do patrimônio público, especialmente no combate à improbidade administrativa; no decorrer de 2007 desenvolveram-se projetos destinados a difundir os mais atualizados conceitos de combate à **improbidade administrativa** dos agentes públicos.

O Ministério Público procura enfrentar alguns temas emblemáticos que refletem as formas mais freqüentes de desvio de valores e de desvio de finalidades no seio da administração pública, como as **licitações**, as concessões de **diárias**, o **nepotismo** e o relacionamento do setor público com entidades do chamado **terceiro setor**.

- "**Fraude dos Selos"** - Em ação de grande repercussão a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre ajuizou ação civil pública de responsabilidade por improbidade administrativa contra Ubirajara Macalão e outras pessoas que participaram da chamada **"fraude dos selos"** na Assembléia Legislativa. A fraude ocasionou um dano ao patrimônio público estimado em, no mínimo, **R$ 3,3 milhões**.

- **"Farra das Diárias" -** Destaca-se também as diversas denúncias pelos crimes de peculato, concussão, uso de documento falso, falsidade ideológica, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva oferecidas pelo Ministério Público contra parlamentares e servidores do Poder Executivo envolvidos na chamada **"farra das diárias".**

CONSUMIDOR

Nesta área, efetivou-se experiência piloto (Provimento n.º 22/2007) integrando o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, surgindo desta união o **CENTRO INTEGRADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** (CIDECON).

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos

- Combate à adulteração de combustíveis - O Ministério Público vem atuando na coibição de fraudes na qualidade dos combustíveis comercializados em conjunto com outros órgãos públicos, como a ANP – Agência Nacional de Petróleo, o Laboratório de Combustíveis da UFRGS, a Fundação CIENTEC e o INMETRO, o que tornou o RS o estado com menor índice de adulteração no país. Além dessa atividade, também adotou medidas voltadas à prevenção de danos aos consumidores pela oferta ou **publicidade enganosa** sobre a origem dos combustíveis. A **clonagem de marcas** de distribuidoras conhecidas foi fortemente coibida no nosso Estado através da celebração de compromisso de ajustamento com 16 distribuidoras. Por iniciativa do Ministério Público, em 2007, das aproximadamente **850** amostras coletadas e analisadas, **18** foram objetos de medidas judiciais em todo o Estado, proibindo a comercialização do combustível. Todos os casos foram desencadeados a partir do trabalho do **CIDECON**, que com seu laboratório móvel, em parceria com as Promotorias do Interior do Estado, realiza as coletas, analisa o combustível e toma as medidas cabíveis em casos de adulterações.

- Leite - Importante ressaltar a recente celebração de **Termo de Cooperação** entre o Ministério Público Estadual e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates visando a implementar uma atuação conjunta na avaliação da conformidade dos **produtos lácteos** no Estado, com vistas a prevenir e coibir qualquer alteração das características dos produtos lácteos que tenham o potencial de torná-los inadequados, químico ou biologicamente, ao consumo, ou que, de alguma forma, desrespeite às exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação específica.

ORDEM URBANÍSTICA

- **Estatuto da Cidade** - O compromisso do Ministério Público foi reforçado pelo Estatuto da Cidade, onde a regularização fundiária ganha destaque. O Promotor de Justiça protagoniza a inserção de número expressivo de pessoas, geralmente de baixa renda, à cidade formal, compelindo o loteador ou o Município a registrar o **loteamento irregular**, conferindo aos adquirentes de terrenos loteados segurança jurídica e minimizando o grave problema da habitação.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios

Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

- **Regularização Fundiária** - O Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, assinaram **Termo de Cooperação**, objetivando o estabelecimento de bases para cooperação técnico-operacional para a implementação da regularização fundiária de interesse social. A parceria tem por escopo facilitar a implementação dos planos diretores e a troca de informações, tornando mais eficazes as medidas e ações na regularização fundiária.

- **Loteamentos Clandestinos** - Além de ter intermediado as tratativas que culminaram com a assinatura do referido **Termo de Cooperação**, ao longo de 2007, o Ministério Público deu prosseguimento às tratativas para a elaboração e assinatura de Termo de Cooperação envolvendo a Prefeitura de Porto Alegre, SINDUSCON, CRECI, SERGS, DEMHAB, Brigada Militar e CREA, cujo escopo é o de regularizar **loteamentos clandestinos**, bem como congelar as **ocupações irregulares**, com vistas à tutela do direito de moradia e ao impedimento do crescimento desordenado dos assentamentos informais, no âmbito da Capital gaúcha.

- **Surf x Áreas de Pesca** - Outro tema que mereceu atenção especial na pauta da Instituição ao longo de 2007, foi a demarcação de áreas para pesca e loteamentos clandestinos no litoral norte gaúcho, trazido ao Ministério Público pelo Deputado Estadual Sandro Boka e integrantes da **Federação Gaúcha de Surf (FGS).**

- **Plano Diretor** - Trabalhamos, também, no fomento ao Plano Diretor como instrumento de política urbana, adotando uma postura preventiva e de orientação técnica aos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, visando evitar a atuação ministerial em juízo quando já perpetrado o ato ilícito.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORIA- GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público. A Corregedoria é comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, que é auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, por ele indicado ao Procurador-Geral de Justiça, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias, além de substituí-lo em eventuais faltas, impedimentos e suspeições. Além disso, conta com uma equipe de Promotores de Justiça de entrância final, denominados Promotores-Corregedores, atualmente formada por 8 integrantes, também indicados ao Chefe da Instituição pelo Corregedor-Geral.

MATÉRIA DISCIPLINAR/CORREICIONAL	
Inspeções realizadas	**138**
Orientações/ Recomendações expedidas em inspeções	**77**
Expedientes Instaurados	**152**
Manifestações	**225**
Pareceres	**206**
Portarias de instauração	**05**
Relatórios finais/Pareceres conclusivos	**06**
Portarias de instauração	**07**
Relatórios conclusivos/Pareceres	**04**
Procedimentos Investigatórios Criminais recebidos do Procurador-Geral de Justiça por delegação	**10**
Relatórios	**02**

No desempenho das suas atribuições, cumpre à Corregedoria-Geral fornecer aos demais órgãos da Administração Superior os subsídios necessários para o exercício das suas funções, manifestando-se sobre a maioria dos assuntos relativos ao Promotor e à Promotoria, buscando, com isso, a aproximação entre os agentes ministeriais – especialmente aqueles classificados no interior do Estado – e a Administração Superior.

Assim, através de inspeções ordinárias, relatórios de atividades, acompanhamento dos estágios probatórios e demais informes, a Corregedoria-Geral almeja a plena realização dos seus objetivos, seja fiscalizando preventivamente os trabalhos dos Promotores de Justiça, seja orientando-os nos seus eventuais equívocos ou dúvidas.

Enfatiza-se a função de orientação dos Promotores de Justiça no âmbito do Ministério Público, fornecendo-lhes orientações e recomendações de índole pessoal, funcional e jurídica, resguardando a independência funcional dos Promotores de Justiça e a dignidade da Instituição. Ademais, exerce também a função de fiscalização, recebendo representações e demais formas de notícias contra os agentes ministeriais, dando o devido encaminhamento e, se necessário, instaurando os respectivos procedimentos disciplinares, para o posterior julgamento pelos órgãos colegiados da Instituição.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2º Grau – Procuradorias de Justiça

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2006	1.721	63.989	59.845	2.524	993
2007	5.159	80.316	77.056	4.677	1.045

*fonte: SUBJUR

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2006	695	30.936	30.118	975	397
2007	1.778	35.793	35.552	855	428

*fonte: SUBJUR

1º Grau – Promotorias de Justiça

Legenda

DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA		
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL ATUAÇÃO JUDICIAL	Pessoas atendidas	**13.433**
	Notícias/representações/reclamações recebidas	**3.913**
	Indeferimento de instauração	**560**
	Peças de informação/inquéritos civis/proc. administrativos instaurados	**5.454**
	Audiências realizadas (IC, PI e PA)	**11.860**
	Vistorias realizadas pessoalmente	**334**
	Audiências públicas/reuniões realizadas	**985**
	Compromissos de ajustamento firmados	**3.624**
	Promoções de arquivamento	**5.860**
	Ações ajuizadas	**1.704**
ATUAÇÃO CRIMINAL	Procedimentos investigatórios criminais instaurados	**283**
	Requisição de IP ou TC	**674**
	Denúncias oferecidas	**394**
	Encaminhados ao JECRIM	**729**
	Pedidos de diligências	**566**

INFÂNCIA E JUVENTUDE			
MATÉRIA CÍVEL	ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	Notícias/representações/reclamações recebidas	**6.326**
		Peças de informações e inquéritos civis instaurados	**776**
		Outros expedientes administrativos instaurados no período (PA, RD, NT etc.)	**4.882**
		Audiências realizadas (IC, PI, SI e PA)	**2.629**
		Vistorias realizadas pessoalmente	**134**
		Compromissos de ajustamento firmados	**73**
		Promoções de arquivamento	**2.181**
		Audiências públicas/reuniões realizadas	**855**
		FICAIs recebidas	**4.070**
		Comunicações de internação compulsória recebidas	**1.009**
	ATUAÇÃO JUDICIAL	Ações civis ajuizadas no período	**849**
		Representações por irregularidades ou infrações administrativas ajuizadas no período	**264**
		Medidas de proteção propostas no período	**1.974**
		Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período	**812**
MATÉRIA CRIMINAL		Inquéritos policiais recebidos no período	**1.163**
		Inquéritos policiais vindos do período anterior	**207**
		Pedidos de diligências	**228**
		Denúncias oferecidas	**724**
		Pedidos de arquivamento	**807**
ATO INFRACIONAL		Expedientes transferidos do período anterior	**1.335**
		Expedientes recebidos no período	**17.397**
		Pedidos de diligências	**4.308**
		Expedientes pendentes de manifestação	**854**
		Pedidos de arquivamento	**10.156**
		Audiências de apresentação realizadas	**15.019**
		Remissões concedidas, sem aplicação de medidas	**1.771**
		Remissões concedidas, com aplicação de medidas	**7.076**
		Representações oferecidas	**6.765**
		Internações provisórias requeridas	**839**
		Total de adolescentes representados	**8146**
		Total de Medidas Socioeducativas aplicadas	**7735**
DADOS GERAIS		Pessoas atendidas	**23.303**
		Procedimentos em tramitação na Promotoria, relacionados a abrigamento	**85**
		Crianças/adolescentes abrigados no período	**1.835**
		Total de crianças/adolescentes abrigados	**989**
		Entidades de abrigamento existentes no Estado	**85**

CÍVEL			
FAMÍLIA E SUCESSÕES		Intervenções em habilitação de casamento	**30.701**
		Promoções	**74.062**
		Pareceres	**145.235**
		Ações ajuizadas pelo Ministério Público	**516**
		Acordos firmados na Promotoria	**369**
		Inspeções do Ministério Publico (tutelas e interdições)	**238**
		Recursos interpostos pelo Ministério Público	**66**
		Manifestação em recursos das partes	**911**
		Outras hipóteses	**1.340**
VARAS CÍVEIS		Ações ajuizadas pelo Ministério Público	**555**
		Promoções	**21.931**
		Pareceres	**36.724**
		Recursos interpostos pelo Ministério Público	**212**
		Manifestações em recursos das partes	**879**
		Outras hipóteses de intervenção	**12.014**
FUNDAÇÕES		Fundações em funcionamento	**345**
		Visitas de inspeção realizadas	**59**
		Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	**12**
		Outras formas de atuação	**96**
FAZENDA PÚBLICA		Promoções	**29.774**
		Pareceres	**112.580**
REGISTROS PÚBLICOS		Promoções	**2.951**
		Pareceres	**9.602**
		Ações ajuizadas pelo Ministério Público	**19**
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	MATÉRIA CRIMINAL	Denúncias oferecidas	**78**
	MATÉRIA CÍVEL	Promoções em falências	**3.427**
		Pareceres em falências	**4.294**
		Promoções em recuperações judiciais	**53**
		Pareceres em recuperações judiciais	**17**
		Pareceres em habilitação de crédito	**6.256**
		Recursos interpostos pelo Ministério Público	**380**
		Leilões assistidos	**107**
		Vistorias e inspeções	**16**
		Ações ajuizadas	**06**
		Outras hipóteses	**2.004**
	DADOS GERAIS	Pessoas atendidas	**14.285**
		Assistência a rescisões de contrato de trabalho	**9.148**
		Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou de que participou	**607**

ELEITORAL		
ATUAÇÃO COMO PROMOTOR ELEITORAL	Inquéritos policiais recebidos do período anterior	**158**
	Inquéritos policiais recebidos no período	**129**
	Outros expedientes investigatórios recebidos	**161**
	Pedidos de arquivamento de inquéritos policiais	**58**
	Pedidos de diligências em inquéritos policiais	**46**
	Procedimentos investigatórios criminais instaurados no período (Res.03/04-OECPMP)	**05**
	Denúncias oferecidas	**78**
	Promoções diversas em feitos criminais	**938**
	Alegações finais	**38**
	Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	**14**
	Ações de impugnação de registro de candidatura proposta	**05**
	Ações de impugnação de mandato eletivo	**04**
	Investigações judiciais eleitorais propostas	**03**
	Representações por propaganda irregular proposta	**08**
DADOS GERAIS	Pessoas atendidas na Promotoria	**230**
	Audiências assistidas	**347**
	Audiências não assistidas	**15**
	Inquéritos policiais pendentes de manifestação no prazo	**02**
	Número de processos em carga, ao final do período no prazo	**08**
	Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou do que participou	**25**

CRIMINAL			
EXPEDIENTES INVESTIGATÓRIOS	INQUÉRITOS POLICIAIS	Transferidos do período anterior	**2.713**
		Recebidos no período	**224.923**
		Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	**21.666**
		Pedidos de diligência	**25.828**
		Arquivamento	**118.179**
		Pedido de extinção da punibilidade	**5.731**
		Manifestações diversas	**39.874**
		Denúncias oferecidas	**17.854**
		Pendentes de manifestação no prazo	**1.924**
		Pendentes de manifestação com prazo excedente	**890**
	PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS CRIMINAIS (Res.. 03/04-OECPMP)	Instaurados no período	**395**
		Em andamento	**211**
		Audiências realizadas	**596**
		Pessoas ouvidas por termo	**687**
		Promoções de arquivamento	**220**
		Denúncias oferecidas	**88**

JUIZADO COMUM	Pareceres e promoções diversos em processos criminais	**146.832**
	Alegações finais escritas	**24.281**
	Debates orais	**564**
	Apelações interpostas	**2.494**
	Recursos em sentido estrito interpostos	**433**
	Audiências judiciais assistidas	**96.745**
	Audiências judiciais não assistidas	**22.005**
	Propostas de suspensão condicional do processo	**1.697**
	Processos pendentes de manifestação no prazo	**350**
	Processos pendentes de manifestação fora do prazo	**176**
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	Termos circunstanciados transferidos do período anterior	**1.880**
	Termos circunstanciados recebidos no período	**199.304**
	Termos pendentes de manifestação	**1.174**
	Manifestações diversas em termos circunstanciados	**92.833**
	Denúncias oferecidas 1) Orais 2) Escritas	 **535** **9.720**
	Diligência	**19.083**
	Arquivamento por renúncia	**14.959**
	Outras promoções de arquivamento	**41.107**
	Pedidos de extinção da punibilidade	**28.480**
	Transações propostas	**21.333**
	Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto Justiça Terapêutica	**589**
	Propostas de suspensão condicional do processo	**3.634**
	Audiências assistidas	**83.673**
	Audiências não assistidas	**19.342**
	Recursos interpostos	**574**
	Debates orais	**421**
	Alegações escritas em substituição aos debates	**2.148**
PESSOAS DENUNCIDADS (CONSUMADO E TENTADO)	Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos	**04**
	Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos	**07**
	Homicídio dolo eventual trânsito	**26**
	Homicídio contra criança ou adolescente	**37**
	Homicídio no ambiente doméstico	**55**
	Homicídio culposo no trânsito	**463**
	Homicídio culposo praticado por médico	**16**
	Homicídio culposo (outras hipóteses)	**125**
	Homicídio doloso	**2.267**
	Aborto	**65**
	Lesões graves contra criança ou adolescente	**60**
	Omissão de socorro praticado por médico	**02**
	Maus-tratos contra criança ou adolescente	**126**
	Furto de veículos	**923**
	Furto residência ou comércio	**6.926**
	Roubo contra pedestre	**1.921**
	Roubo em residência ou estabelecimento comercial	**2.351**
	Roubo a banco ou a transporte de valores	**89**
	Roubo em transporte coletivo	**307**
	Roubo contra criança ou adolescente	**16**

PESSOAS DENUNCIDADS (CONSUMADO E TENTADO)	Roubo de veículo	**817**
	Latrocínio em residência ou estabelecimento comercial	**140**
	Latrocínio em transporte coletivo	**10**
	Latrocínio contra criança ou adolescente	**09**
	Extorsão mediante seqüestro	**55**
	Receptação de veículos ou peças	**1.576**
	Estelionato	**1.884**
	Estupro ou atentado violento ao pudor	**634**
	Idem, no ambiente doméstico	**130**
	Idem, contra criança ou adolescente	**438**
	Idem, cujo agente tem vínculo familiar com a vítima	**127**
	Abandono material ou intelectual	**301**
	Contra a administração pública	**1.355**
	Contra a administração da justiça	**518**
	Porte de arma	**4.093**
	Tortura	**70**
	Tortura contra criança ou adolescente	**30**
	Embriaguez ao volante	**656**
	Racismo	**14**
	Meio ambiente	**609**
	Tráfico de drogas	**2.346**
	Porte de tóxicos para uso próprio	**1.049**
	Ordem tributária	**39**
	Falimentares	**13**
	Abuso de autoridade civil	**15**
	Abuso de autoridade militar	**57**
	Falsificação de medicamentos	**14**
	Relações de consumo	**125**
	Outras infrações penais	**17.366**
DA PRISÃO E LIBERDADE	Pareceres em pedidos de prisão/liberdade provisória	**11.738**
	Prisões provisórias requeridas	**2.263**
	Recursos interpostos	**224**
TRIBUNAL DO JÚRI	Audiências assistidas	**3.542**
	Audiências não assistidas	**665**
	Alegações do artigo 406 do CPP	**2.185**
	Libelos	**2.127**
	Recursos na fase da pronúncia	**212**
	Sessões realizadas no período	**1.537**
	Réus absolvidos com pedido do MP	**377**
	Réus absolvidos sem pedido do MP	**260**
	Réus condenados	**1.161**
	Rec. interpostos na fase do julgamento em plenário	**168**

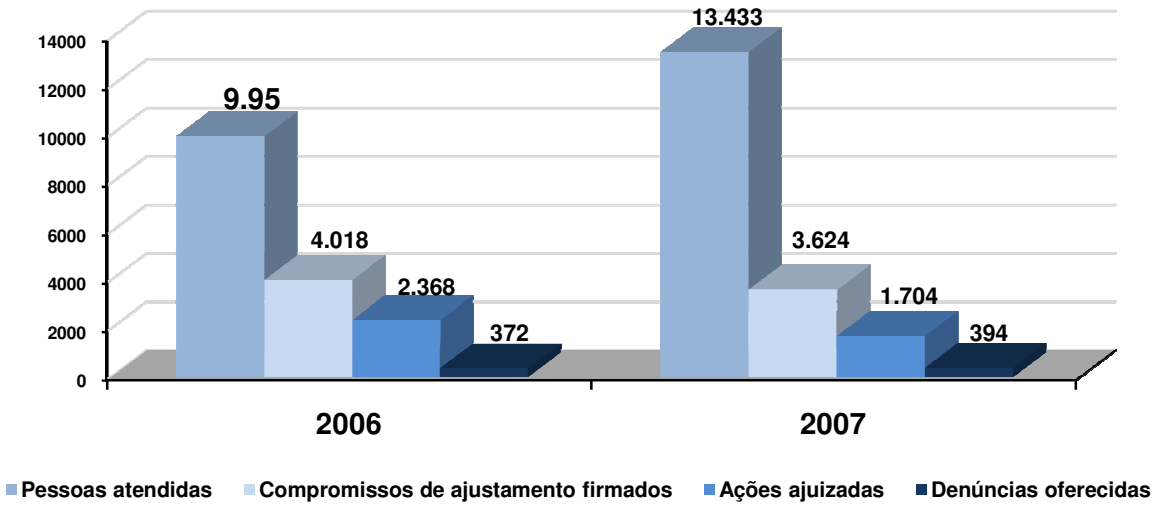
EXECUÇÃO PENAL	Guias de execução fiscalizadas	**16.043**
	Pareceres e promoções	**174.840**
	Mandados de segurança e outras medidas autelatórias	**1.015**
	Recursos interpostos	**6.371**
	Visitas de controle a presídios	**307**
	Pessoas atendidas	**5.556**
	Informações remetidas a apenados	**9.524**
	Expedientes administrativos instaurados	**4.445**
	Expedientes administrativos arquivados	**3.262**
	Apenados ouvidos	**2.363**
	Requisições de inquéritos ou sindicâncias	**3**
	Reuniões externas	**13**
	Requisições de laudos médicos/odontológicos/psiquiátricos	**392**
AUDITORIA MILITAR	Inquéritos policiais transferidos do período anterior	**209**
	Inquéritos policiais recebidos no período	**1.385**
	Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	**82**
	Pedidos de diligência	**319**
	Denúncias oferecidas	**150**
	Devolvidos com pedido de arquivamento	**610**
	Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	**06**
	Devolvidos com outra manifestação	**292**
	Pendentes de manifestação no prazo	**70**
	Pendentes de manifestação com prazo excedente	**149**
	Alegações escritas	**321**
	Sessões de julgamento realizadas	**380**
	Recursos interpostos	**18**
	Contra-razões recursais	**262**
	Audiências judiciais assistidas	**1.452**
	Audiências judiciais não assistidas	**480**
INFORMAÇÕES GERAIS	Pessoas atendidas na Promotoria	**13.600**
	Atos de controle externo da atividade policial	**725**
	Inquéritos policiais pendentes de vista junto ao Poder Judiciário	**3.778**
	Inquéritos policiais aguardando cumprimento de diligências	**5.463**
	Processos criminais em andamento	**124.809**
	Processos de execução criminal em andamento	**19.992**
	Processos de Júri em andamento	**4.701**
	Processos do Juizado Especial Criminal em andamento	**59.293**
	Processos da Auditoria Militar em andamento	**292**

PLANTÃO DE PORTO ALEGRE			
INTERVENÇÕES	INFÂNCIA E JUVENTUDE	Adolescentes infratores apresentados	**661**
		Representações contra adolescentes	**359**
		Pedido de internação de adolescente	**368**
		Pedido de outras medidas de proteção	**179**
	CÍVEL	Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica	**63**
		Manifestação em ação com interesse de menor	**69**
		Outras manifestações	**208**
	CRIMINAL	Manifestação em auto de prisão em flagrante	**2.195**
		Pareceres em pedido de liberdade provisória	**835**
		Manifestação em representação de prisão preventiva	**163**
		Manifestação em representação de prisão temporária	**161**
		Manifestação em pedido de revogação de prisão temporária	**29**
		Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão	**900**
		Manifestação em representação de interceptação telefônica	**451**
		Pedido de prisão preventiva	**124**
		Quebra de sigilo telefônico	**251**
		Outras manifestações	**631**
DESIGNAÇÕES – JUIZADO COMUM		Contra-razões recursais	**443**
		Devolvidos com denúncias	**229**
		Devolvidos com pedido de arquivamento	**175**
		Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	**58**
		Devolvidos com pedido de diligências	**241**

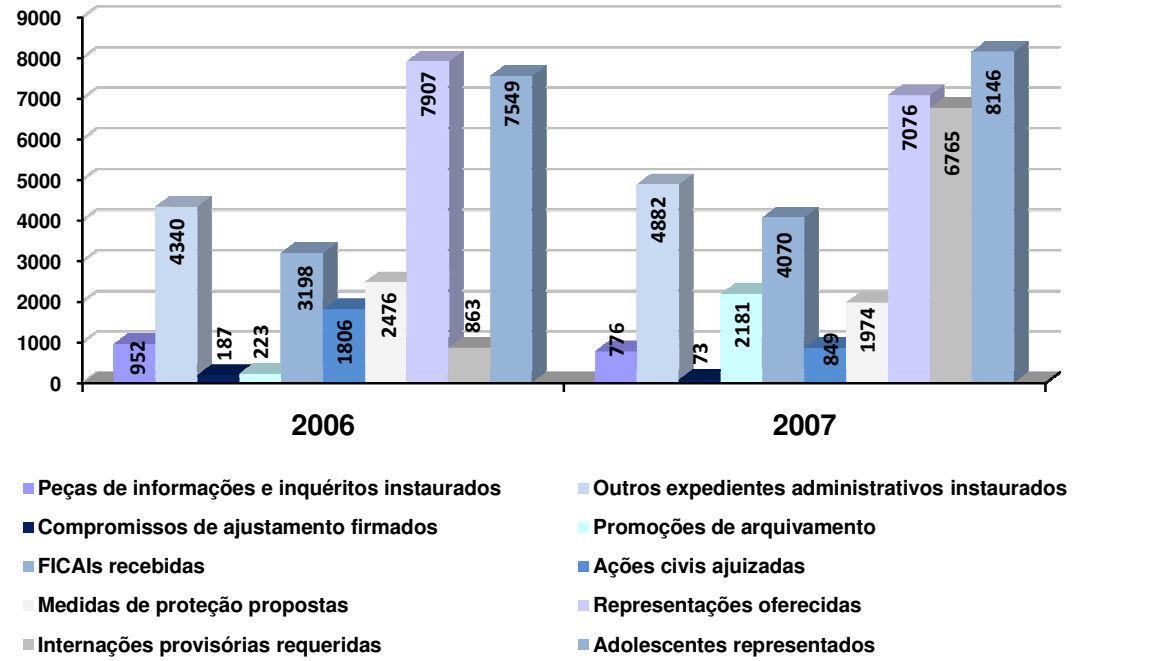
*fonte: CORREGEDORIA-GERAL

GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2006 X 2007

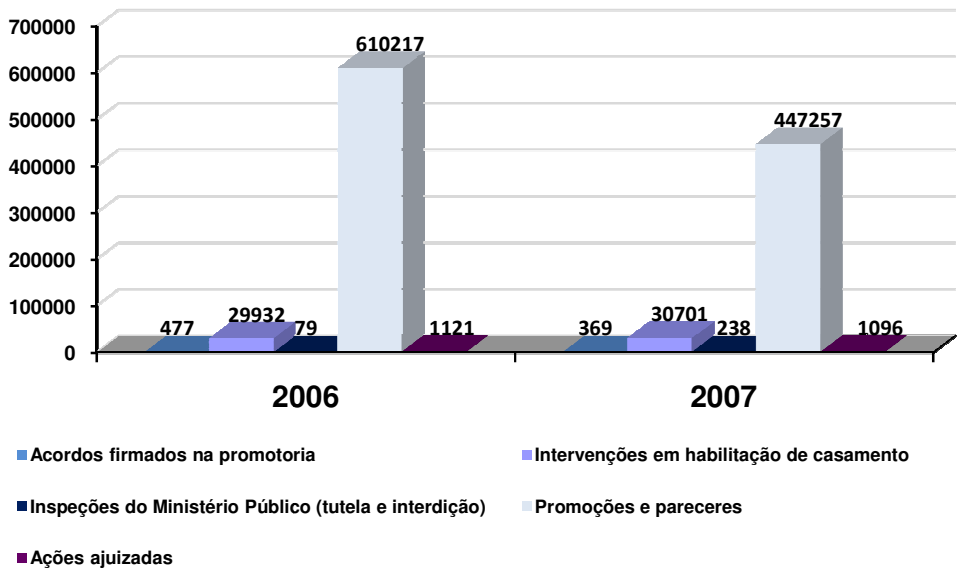
DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA



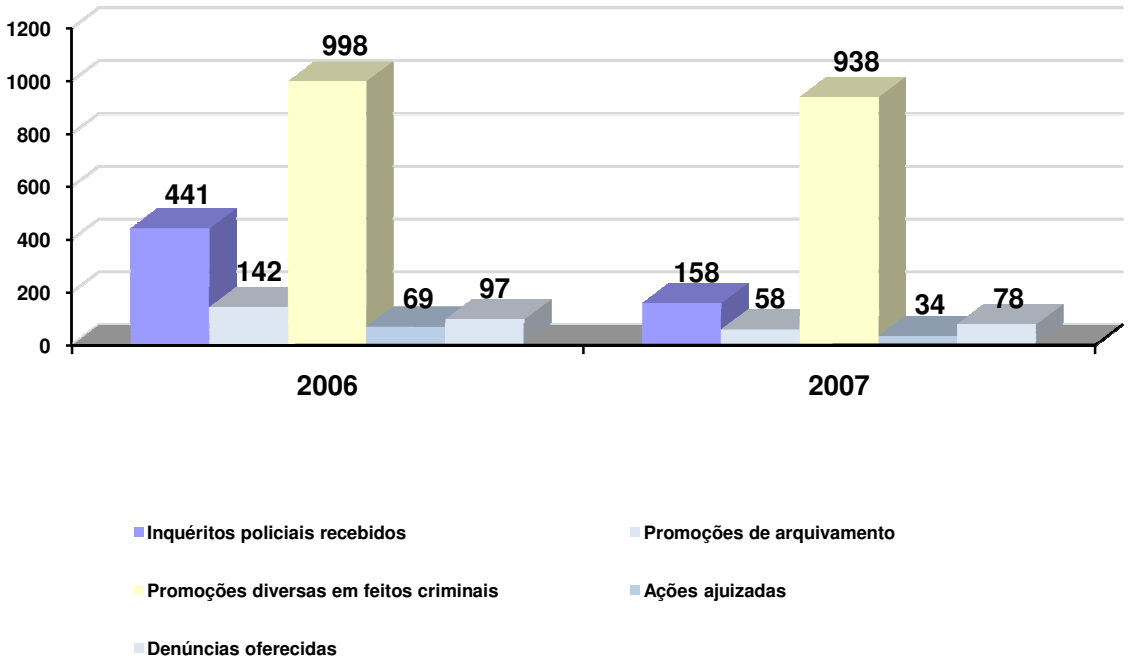
INFÂNCIA E JUVENTUDE



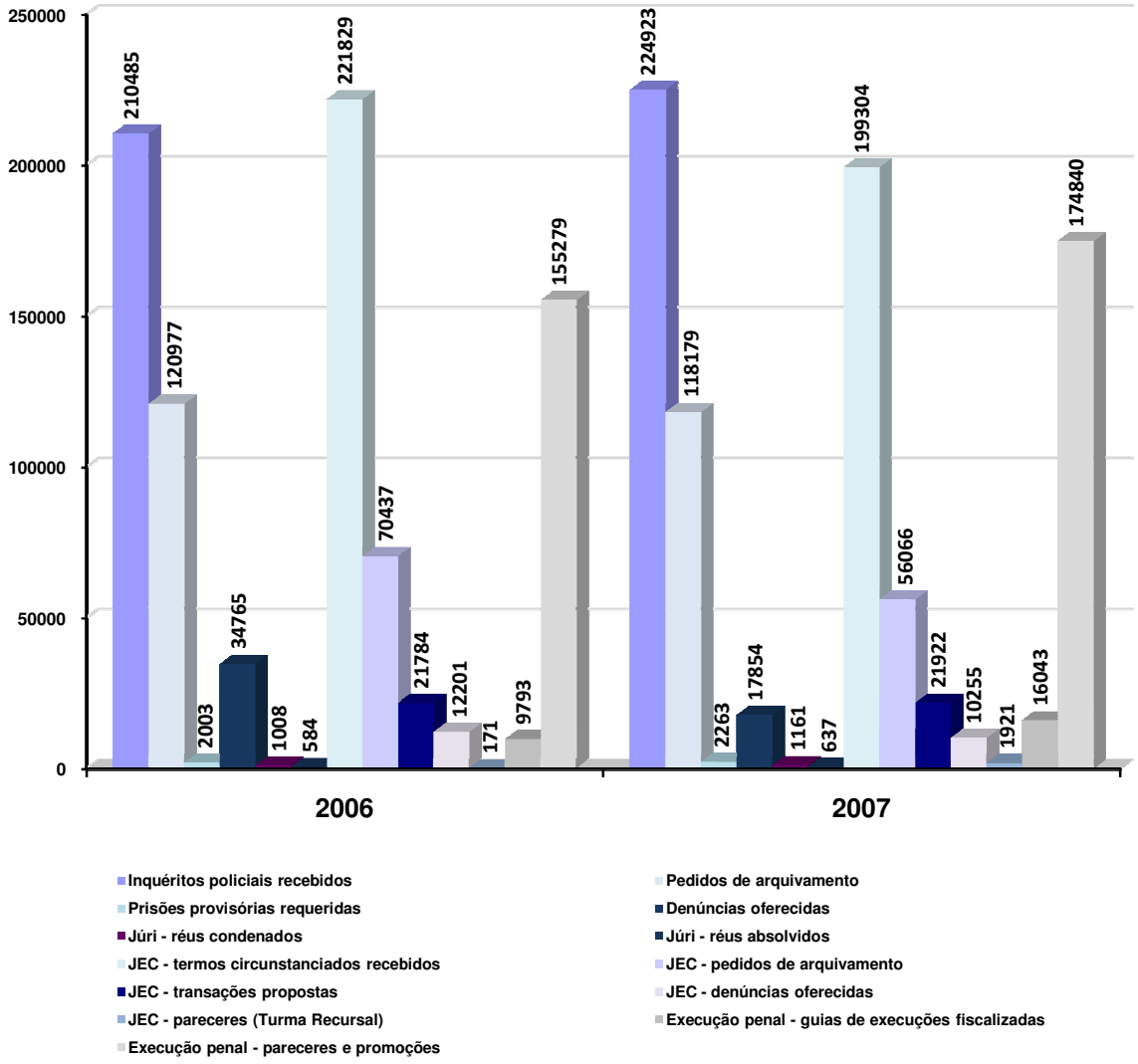
CÍVEL



ELEITORAL



CRIMINAL


250000
200000
150000
100000
50000
0
210485
120977
2003
34765
1008
584
221829
70437
21784
12201
171
9793
155279
224923
118179
2263
17854
1161
637
199304
56066
21922
10255
1921
16043
174840
2006
2007
Inquéritos policiais recebidos
Pedidos de arquivamento
Prisões provisórias requeridas
Denúncias oferecidas
Júri - réus condenados
Júri - réus absolvidos
JEC - termos circunstanciados recebidos
JEC - pedidos de arquivamento
JEC - transações propostas
JEC - denúncias oferecidas
JEC - pareceres (Turma Recursal)
Execução penal - guias de execuções fiscalizadas
Execução penal - pareceres e promoções

PANORAMA
2007

Informações encaminhadas ao Conselho Nacional do Ministério Público, conforme as Resoluções n.ºs 12/2006 e 25/2007. Disponíveis, na íntegra, em www.cnmp.gov.br/documentos/navega-documentos/documentos/relatorios/relatorios-anuais.

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS 1º/01/07 A 31/12/07	
	DESPESA LIQUIDADA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**281.635.296,60**	**32.359,52**
Pessoal Ativo	220.479.974,05	32.359,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	61.155.322,55	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	24.427.249,46	
Indenização por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.427.249,46	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)		**257.240.406,66**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		**13.991.366.037,10**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100		**1,8386%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%		**279.827.320,74**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,9%		**265.835.954,70**
FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE		

NOTAS:
1) Deduzindo-se os valores referentes a Revisão Anual Salarial, de que trata o art. 37, inciso X, da CF, decorrente da aplicação da Lei nº 12.442/06, no total de R$2.182.365,31 a Despesa Total com Pessoal Ajustada corresponde a R$ 255.058.041,35 representando, como **Limite Legal, 1,82297%** sobre a Receita Corrente Líquida.
2) O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionista como gastos de pessoal.
3) Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS.
4) Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio- funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações nºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente.
5)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em :
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II art.35 da Lei 4.320/64.

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I R$ 1,00

	Ativos		Inativos	
	Membros	Servidores	Membros	Servidores
Remuneração Média - RS	R$ 15.428,03	R$ 4.813,04	R$ 20.763,42	R$ 8.609,50
Remuneração Média Nacional	R$ 19.948,50	R$ 2.905,55	R$ 21.706,22	R$ 5.141,32
Renda per capita Membros/Servidores	RS = R$ 7.735,28 Média Nacional = R$ 12.635,19		RS = R$ 17.701,33 Média Nacional = R$ 26.629,43	

DADOS ADMINISTRATIVOS

N.º de Cargos	Procuradores de Justiça	Promotores de Justiça	Servidores de carreira	Cargos em Comissão	Vagas de Estágio
Providos - RS	113	556	1.442	265	1.022
TN* - Providos	1.091	7.271	11.603	4.398	7.228

*TN = Total Nacional

Analisando-se os dados administrativos, notamos que existe um déficit de quase **10%** no número de Procuradores de Justiça e de **27%** no número de Promotores de Justiça no Rio Grande do Sul.

N.º de	Membros Inativos	Servidores Inativos	Habitantes do Estado	Municípios do Estado	Comarcas	Municípios com sedes próprias do MP
	248	87	10.867.102	496	165	162

ATUAÇÃO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO FUNCIONAL				
PROCESSOS	CÍVEIS	Que deram entrada em 2.º grau	72.454	**99,16%**
		Que deram saída em 2.º grau	71.850	
		Em andamento em 1.º grau	1.660.652	
		Média mensal por Procurador de Justiça	105	**MN* = 74**
	CRIMINAIS	Que deram entrada em 2.º grau	32.277	**100%**
		Que deram saída em 2.º grau	32.442	
		Em andamento em 1.º grau	141.379	
		Média mensal por Procurador de Justiça	91	**MN* = 75**
	EXECUÇÃO CRIMINAL	Em andamento	56.346	
	JÚRI	Em andamento	15.296	
	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	Em andamento	123.763	
INQUÉRITOS	POLICIAIS	Recebidos	174.550	**72,28%**
		Devolvidos	126.171	
	CIVIS	Instaurados	6.871	
		Em andamento	23.787	
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS		Ajuizadas	856	**17,75%**
		Julgadas procedentes	152	
		Em andamento	5.678	

ADIN's	Propostas	120	**33,33%**
	Julgadas procedentes	40	

*MN = Média Nacional

TERMOS CIRCUNSTANCIADO	N.º de termos circunstanciados recebidos	153.912	**49,07%**
	N.º de termos circunstanciados devolvidos	75.533	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	Firmados	1228	
N.º de Processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis – custos legis		1491	
N.º de Pessoas denunciadas		38.533	**11,22%**
N.º de Pessoas condenadas		4.323	

NOMINATA (MEMBROS)

PROCURADORES DE JUSTIÇA - 113

AFONSO ARMANDO KONZEN
ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE
ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU
ANA MARIA SCHINESTSCK
ANA MARISA AINHORN OSSOK
ANGELA CÉLIA PAIM GARRIDO
ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO
ANTÔNIO AUGUSTO VERGARA CERQUEIRA
ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS
ANTÔNIO CEZAR LIMA DA FONSECA
ARMANDO ANTÔNIO LOTTI
ARNALDO BUEDE SLEIMON
BÁRBARA FERNANDES ROSA CERQUEIRA
BERENICE FEIJÓ DE OLIVEIRA
CARLOS DIAS ALMEIDA
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES
CARMEN LUIZA DIAS DE AZAMBUJA
CELSO TIBERE RODRIGUES LOBATO
CLÁUDIO BARROS SILVA
CLAUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO
CRISTIANE TODESCHINI
DARIO WILDE DE OLIVEIRA DELMAR PACHECO DA LUZ
DENISE MARIA NETTO DUARTE
EDGAR LUIZ DE MAGALHÃES TWEEDIE
EDUARDO DE LIMA VEIGA
EDUARDO ROTH DALCIN
EDUARDO WETZEL BARBOSA
ELAINE FAYET LORENZON SCHALY
ELIANA MARIA MORESCHI
EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
FLÁVIO POYASTRO PINHEIRO
FRANCISCO WERNER BERGMANN
GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI
GILBERTO THUMS
GILMAR POSSA MARONEZE
GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI
HEID OURIQUE CAMPOS
IDA SOFIA SCHINDLER DA SILVEIRA
IRENE SOARES QUADROS
ISABEL DIAS ALMEIDA
IVORY COELHO NETO
JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD
JANDIRA DE CAMPOS
JOÃO CARLOS PACHECO
JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MACHADO
JOSÉ PEDRO MACHADO KEUNECKE
JOSÉ TÚLIO BARBOSA
JUAN CARLOS DURÁN
JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI
JULIA ILENIR MARTINS
JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA
JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER
KELLER DORNELLES CLÓS
LÊNIO LUIZ STRECK
LEONEL PIRES OHLWEILER
LISIANE DEL PINO
LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ
LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU
LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI
LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO
LUIZ FELIPE BRACK
LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS
LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA
LUIZ INÁCIO VIGIL NETO
LUIZ SÉRGIO GUILHON RISSO
MAGALI MANNHART HOFFMANN
MARCELO ROBERTO RIBEIRO
MARCIA LEAL ZANOTTO FARINA
MARIA CRISTINA CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA
MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA
MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS
MARIA LORENI CARGNELUTTI
MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO
MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA
MARIO ROMERA
MARLY RAPHAEL MALLMANN
MARTA LEIRIA LEAL PACHECO
MAURO HENRIQUE RENNER
MIGUEL BANDEIRA PEREIRA
PAULO ANTÔNIO TODESCHINI
PAULO EMILIO JENISCH BARBOSA
PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL
PAULO ROBERTO DE AGUIAR TESHEINER
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES
REGINALDO MACIEL FRANCO
RICARDO ALBERTON DO AMARAL
RICARDO DA SILVA VALDEZ
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA
RICARDO MOREIRA LINS PASTL
RICARDO VAZ SEELIG
ROBERTO BANDEIRA PEREIRA
ROBERTO CLAUS RADKE
ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN
ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT
SARA DUARTE SCHÜTZ
SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO
SÉRGIO SANTOS MARINO
SÍLVIA CAPPELLI
SIMONE MARIANO DA ROCHA
SOLANGE MARIA PALMA ALVES
SONIA MARA FRANTZ
SUZANA SILVEIRA DA SILVA
TÂNIA MARIA VIEIRA LORENZONI
VALÉRIA BASTOS DIAS
VERA LÚCIA QUEVEDO FERREIRA
VINICIUS DE HOLLEBEN JUNQUEIRA
WALTER CAMEJO FILHO
ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL – 173

ADALGISA WIEDEMANN CHAVES
ADRIANO MARMITT
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
AIRTON ALOISIO MICHELS
AIRTON ZANATTA
ALCEU SCHOELLER DE MORAES
ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO
ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO
ALEXANDRE FERNANDES SPIZZIRRI
ALEXANDRE LIPP JOÃO
ALEXANDRE PORTO FRANÇA
ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
ALINE MACHADO XAVIER
ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI
ANA LÚCIA CARDOZO DA SILVA
ANA LÚCIA CIOCCARI AZEVEDO
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN
ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSCK
ANDRÉ CIPELE
ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES
ANDRÉ GONÇALVES MARTINEZ
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN
ANDRÉA CECIM FORTES
ANGELA SALTON ROTUNNO
ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER
ANTÔNIO LUIZ OTILIA
ARI COSTA
AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA
BEATRIZ DURO GICK
BENHUR BIANCON JUNIOR
BRUNO HERINGER JUNIOR
CARLA CARPI NEJAR
CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO
CARLOS ODONE COSTA DOS SANTOS
CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA
CARMEN GUILHEMBERNARD KOSACHENCO
CARMEN SILVIA REIS CONTI
CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI
CHRISTIANNE PILLA CAMINHA
CLAUDIA REGINA LENZ ROSA
CLÓVIS BRAGA BONETTI
CYNTHIA FEYH JAPPUR
DANIEL SPERB RUBIN
DANIELA SANTOS VARIANI
DARWIN FERRAZ REIS
DAVID MEDINA DA SILVA
DÉBORA BALZAN
DENISE CASANOVA VILLELA
DENISE MARIA DURO REIS
DIANE CRISTINA TAGLIARI PIRES
DIOMAR JACINTA RECH
DIRCE CARVALHO SOLER
DÓRIS PAIM ZANINI
EDES FERREIRA DOS SANTOS CUNHA
EDUARDO ALBERTO TEDESCO
EDUARDO BERNSTEIN IRIART
ELEONORA MACHADO POGLIA
ELIANE RIBEIRO PORTELA
FABIANO DALLAZEN
FABIO BIDART PICCOLI
FÁBIO COSTA PEREIRA
FÁBIO ROQUE SBARDELOTTO
FELIPE HOCHSCHEIT KREUTZ
FLÁVIA RAPHAEL MALLMANN
FLÁVIO DUARTE
FRANCESCO CONTI
FREDERICO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GERALDO JUNG MESSA
GERSON LUÍS KIRSCH DAIELLO MOREIRA
GÉRSON LUÍS TEIXEIRA
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA
GILMAR BORTOLOTTO
GUACIRA ALMEIDA MARTINS
GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ
GUSTAVO RONCHETTI
HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO
HERIBERTO ROOS MACIEL
IEDA HUSEK WOLFF
INGLACIR DORNELLES CLÓS DELAVEDOVA
ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY
IVAN SARAIVA MELGARÉ
IVETE BRUST
JAQUELINE MARQUES DA LUZ
JAYME WEINGARTNER NETO
JOÃO BARCELOS DE SOUZA JÚNIOR
JOÃO HUBERT JACCOTTET NETO
JOÃO NUNES FERREIRA
JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER
JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR
JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI
JOSÉ QUINTANA FREITAS
JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO
JOSIENE DA SILVA MENEZES
JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA
JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES
JULIO CESAR FINGER
KARIN SOHNE GENZ
LAURA LOUZADA JACCOTTET
LESSANDRA BERGAMASCHI
LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ
LISETE ERBES
LÚCIA HELENA DE LIMA CALLEGARI
LUCIANA MARIA RIBEIRO ALICE
LUCIANO DE FARIA BRASIL
LUCIANO DIPP MURATT
LUCIANO PRETTO
LUCILENE ESTRAZULAS FALCETTA
LUÍS ALBERTO BORTOLACCI GEYER
LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA
LUÍS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER
LUIS ROGÉRIO LIMA TAVARES
LUIZ CARLOS GICK FAN
LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO
LUIZ EDUARDO RIBEIRO DE MENEZES
MARCELO LEMOS DORNELLES
MARCELO LISCIO PEDROTTI
MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO
MARCOS REICHELT CENTENO
MARGARIDA TEIXEIRA DE MORAES
MARIA ALICE BUTTINI
MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON
MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA
MARIA INÊS SILVA SPERB
MARIA IVONETE MATTOS ANDRADE
MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA ALGARVE
MARIANGELA RENNER BOSSLE
MARÍLIA COHEN GOLDMAN
MARINÊS ASSMANN
MARISA LARA ADAMI DA SILVA
MARTHA SILVA BELTRAME
MARTHA WEISS JUNG
MAUREN JARDIM GOMES
MAURO FONSECA ANDRADE
MAURO LUCIO DA CUNHA ROCKENBACH
MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA
MIGUEL GRANATO VELASQUEZ
MILTON FONTANA

MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO
NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
NOARA BERNARDY LISBOA
NORBERTO CLÁUDIO PÂNCARO AVENA
ODETE PINZETTA
PATRÍCIA ZANCHI CUNHA
PAULO LEANDRO DA ROSA SILVA
PAULO SÉRGIO CASSOL LUBIANCA
PEDRO JARDEL DA SILVA COPPETI
RENATO VINHAS VELASQUES
RENOIR DA SILVA CUNHA
RICARDO FELIX HERBSTRITH
ROBERTO VARALO INÁCIO
ROGÉRIA HELENA CIPRIANI
ROGERIO ROQUE WEILLER
ROSELE MARIA LUCHESE
ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES
ROSSANO BIAZUS
RUBEN GIUGNO ABRUZZI
RUI PAULO NAZÁRIO DE OLIVEIRA
SANDRA GOLDMAN RUWEL
SANDRA SANTOS SEGURA
SILVIO MIRANDA MUNHOZ
SÔNIA ELENI CORRÊA MENSCH
SÔNIA ELIANA RADIN
SYNARA JACQUES BUTTELLI
TATIANA DE OLIVEIRA D'ÁVILA
TÊMIS LIMBERGER
THALES VOLCATO PEREIRA
TIAGO DE MENEZES CONCEIÇÃO
UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES
VELEDA MARIA DOBKE
VERA LUCIA DA SILVA SAPKO
VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO
VILNECI PEREIRA NUNES
WINFRIED SCHLEE

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA – 252

ADRIANA CRUZ DA SILVA
ADRIANA KARINA DIESEL CHESANI
ADRIO RAFAEL PAULA GELATTI
ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA
ALESSANDRA MOURA
ALEXANDER GUTTERRES THOMÉ
ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO
ALEXANDRE ARANALDE SALIM
ALINE DOS SANTOS GONÇALVES
ALJACIRA LIMA TERRA
ÁLVARO LUIZ POGLIA
AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE
ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA
ANA CRISTINA FERRAREZE CIRNE
ANA EMÍLIA VILANOVA
ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR
ANA PAULA BERNARDES
ANDRÉ BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD
ANDRÉ BARBOSA DE BORBA
ANDRÉ COSTA
ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO
ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE
ANDRÉ FERNANDO RIGO
ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES
ANDREA DA SILVA UEQUED
ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO
ANDRÉA SOARES TORRES
ANDREIA HERMINIA ALLIATTI
ANELISE GREHS STIFELMAN
ANGELA CAREN DAL POS
ANTÔNIO AUGUSTO RAMOS DE MORAES
BÁRBARA DA COSTA LANGE
BELMIRO PEDRO WELTER
CAMILA LUMMERTZ
CARLA CARRION FRÓS
CARLA LARA ADAMI DA SILVA
CARLA SOUTO PEDROTTI
CARLOS AUGUSTO CARDOSO MORAES
CARLOS AUGUSTO FIORIOLI
CAROLINA BARTH LOUREIRO
CAROLINA SANFELICE MARIANI
CAROLINE VAZ
CASSIANO MARQUARDT CORLETA
CASSIANO PEREIRA CARDOSO
CATIUCE DA SILVA RIBAS
CELSO DE ASSIS REMONTI
CELSO PEDRO STEIN
CÉSAR AUGUSTO PIVETTA CARLAN
CHRISTINE MENDES RIBEIRO GREHS
CINARA VIANNA DUTRA BRAGA
CINTHIA MENEZES RANGEL
CLARISSA AMMÉLIA SIMÕES MACHADO
CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE MEDEIROS
CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO
CLEONICE RODRIGUES AIRES
CRISTIANE CARDOSO
CRISTIANE DELLA MÉA CORRALES
CRISTIANO LEDUR
CRISTIANO SALAU MOURÃO
DANIEL MARTINI
DANIELA DE QUADROS MALLMANN PAZ
DANIELA LUCCA DA SILVA
DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA
DANIELA TAVARES DA SILVA TOBALDINI
DANIELE DA SILVA PIRES
DANIELE SCHNEIDER
DANIELI DE CÁSSIA COELHO
DANIELLE BOLZAN TEIXEIRA
DÉBORA REGINA MENEGAT
DÉBORA REZENDE CARDOSO
DÉCIO LUÍS SILVEIRA DA MOTA
DELSON ARNILDO MANZKE
DENILSON BELEGANTE
DIEGO CORREA DE BARROS
DIEGO MENDES DE LIMA
DIEGO ROSITO DE VILAS
DIOLINDA KURRLE HANNUSCH
EDERSON LUCIANO MAIA VIEIRA
EDGAR OLIVEIRA GARCIA
EDSON JOAQUIM VITT FERNANDES
EDUARDO BUAES RAYMUNDI
EDUARDO CORAL VIEGAS
EDUARDO RITT
EDUARDO SÓ DOS SANTOS LUMERTZ
ELCIO RESMINI MENESES
ÉRICO FERNANDO BARIN
ÉRICO REZENDE RUSSO
EUGÊNIO PAES AMORIM
FÁBIO LUSA MARCON
FERNANDA RUTTKE DILLENBURG
FERNANDA SOARES PEREIRA
FERNANDA WEIAND
FERNANDO BUTTINI
FERNANDO CHEQUIM BARROS
FERNANDO GERSON
FLÁVIO EDUARDO DE LIMA PASSOS
FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES
GIANI POHLMANN SAAD
GÍLSON BORGUEDULFF MEDEIROS
GISELE MORETTO
GISELE MÜLLER MONTEIRO

GISELLE TANARA SOARES
GISLAINE ROSSI LUCKMANN
GRAZIELA VIEIRA LORENZONI
GUILHERME RIBEIRO KRATZ
GUSTAVO RAMOS VIANNA
GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GUSTAVO WALKER ZETTLER
HEITOR STOLF JÚNIOR
HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE
IOANNIS FEDRIZZI PETALAS
ISNAR OLIVEIRA CORRÊA
IVANA KIST HUPPES FERRAZZO
IVANA MACHADO BATTAGLIN
IVANISE JANN DE JESUS
JAIME NUDILEMON CHATKIN
JANAINA DE CARLI DOS SANTOS
JANINE BORGES SOARES
JANOR LERCH DUARTE
JEANE SCHILLING DE ASSUMPÇÃO
JEANINE MOCELLIN JEFFERSON DALL'AGNOL
JOÃO CARLOS DE AZEVEDO FRAGA
JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO
JOÃO FRANCISCO CAMPELLO DILL
JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO
JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO
JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS
JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
JOCELAINE PAINS TELES
JOEL OLIVEIRA DUTRA
JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN
JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI
JOSÉ EDUARDO GONÇALVES
JOSÉ GARIBALDI EVANGELHO SIMÕES MACHADO
JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA
JOSÉ OLAVO BUENO DOS PASSOS
JULIANA BOSSARDI
JULIANA MARIA GIONGO
JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA
JÚLIO CÉSAR DE MELO
JÚLIO CESAR MEIRA MEDINA
JULIO FRANCISCO BALLARDIN
KAREN DE VASCONCELLOS DAUBERMANN
KARINA BUSSMANN CABEDA
LEONARDO GUARISE BARRIOS
LETÍCIA VITERBO ILGES
LISANDRA DEMARI
LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA
LUCIANA MORAES DIAS
LUCIANA ROMANI
LUCIANE FEITEN WINGERT
LUCIANO VACCARO
LUCIARA ROBE DA SILVEIRA PEREIRA
LUIS AUGUSTO GONÇALVES COSTA
LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ
LUÍS FERNANDO COPETTI LEITE
LUIZ CARLOS PRÁ
MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES
MARA CRISTIANE JOB BECK PEDRO
MARCEL TISSER PITERMAN
MARCELA ROMERA
MARCELO DE SOUZA GONZAGA
MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS
MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES
MARCELO NAHUYS THORMANN
MARCELO RASQUIN BERTUSSI
MARCELO RIES
MARCELO TREVIZAN
MÁRCIA CORSO RUARO
MÁRCIO ROBERTO SILVA DE CARVALHO
MÁRCIO SCHLEE GOMES
MARCOS FERRAZ SARALEGUI
MARCOS SIMÕES PETRY
MARIA ALICE CONCEIÇÃO SANCHOTENE
MARIA AUGUSTA MENZ
MARIA AUGUSTA ONGARATTI
MARIA COUGO OLIVEIRA MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO RODRIGUES
MARIA FERNANDA GOETZKE PITREZ
MARIA LAURA MORAES LUZARDI
MARIA RITA CAMPOS PITERMAN
MÁRIO EDUARDO MOURGUES LORÉA
MÁRIO LUIZ GUADAGNIN
MAURICIO SANCHOTENE DE AGUIAR
MAURÍCIO TREVISAN
MAURO ROCHA DE PORCHETTO
MÔNICA MARANGHELLI DE AVILA
NÁDIA BARON RICACHENEVSKY
NAIR CHRISTINA SCHOELLER DE MORAES
NATHÁLIA SWOBODA CALVO
NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO
PAULA REGINA MOHR
PAULO DA SILVA CIRNE
PAULO EDUARDO NUNES DE AVILA
PAULO GILBERTO VIEIRA
PAULO ROBERTO GENTIL CHARQUEIRO
PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO
RAFAEL CRUZ AMARAL
RAFAEL FESTA
RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS
RAQUEL ISOTTON
REJANE VIEIRA E SILVA
RENATA PINTO LUCENA
RICARDO CARDOSO LAZZARIN
RICARDO LOZZA
RITA CONTE SOEIRO DE SOUZA
ROBERTA BRENNER DE MORAES
ROBERTA GABARDO FAVA ARALDI
ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA
ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO
ROCHELLE DANUSA JELINEK GARCEZ
RODRIGO AUGUSTO DE AZAMBUJA MATTOS
RODRIGO CARPI NEJAR
RODRIGO DA SILVA BRANDALISE
RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA
RODRIGO LÓPEZ ZILIO
RODRIGO SCHOELLER DE MORAES
ROLANDO RAUL MORO
ROSANGELA CORRÊA DA ROSA
ROSÉLIA VASCONCELLOS BRUSAMARELO
ROSI MARIA BARRETO TONDO
ROSIMARI MELLER ANTONELLO
RUI PREDIGER
SANDRO DE SOUZA FERREIRA
SÁVIO VAZ FAGUNDES
SÉRGIO CORNELLES MATHEUS
SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH
SÉRGIO HIANE HARRIS
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES
SÍLVIA REGINA BECKER PINTO
SIMONE ANNES KEUNECKE
SIMONE DE NIZA E CASTRO
SIMONE MARTINI
SIMONE SPADARI
SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA
SUSIANE BICCA MESPAQUE MADRUGA
TATIANA ALSTER
THOMÁS HENRIQUE DE PAOLA COLLETTO
TIAGO MOREIRA DA SILVA
VALÉRIO COGO
VALTER PRIEBE
VANESSA BOM SCHMIDT CARDOSO

VANESSA DA SILVA
VANESSA SALDANHA DE VARGAS
VELOCY MELO PIVATTO
VERCILEI LINO SERENA
VOLTAIRE DE FREITAS MICHEL
WALESKA FLORES AGOSTINI
WANDERLEI JOSÉ HERBSTRITH WILLIG

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – 131

ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO
ADRIANO LUÍS DE ARAUJO
ADRIANO PEREIRA ZIBETTI
ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO
ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL
ANA PAULA MANTAY
ANAMARIA THOMAZ
ANDRÉ EDUARDO SCHRÖDER PREDIGER
ANDREA ALMEIDA BARROS
ANTONIO METZGER KÉPES
BRENUSA MARQUARDT CORLETA
BRUNO PEREIRA PEREIRA
CAMILA SANTOS DA CUNHA
CAMILE BALZANO DE MATTOS
CARLA PEREIRA RÊGO FLÔRES SOARES
CAROLINE GIANLUPI
CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA
CAROLINE SPOTORNO DA SILVA
CHARLES EMIL MACHADO MARTINS
CÍNTIA FOSTER DE ALMEIDA
CLAUDIA FERRAZ RODRIGUES PEGORARO
CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT
CLAUDIA MARIA CEZAR MASSING
CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR
CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA
CRISTIANA MÜLLER CHATKIN CRISTIANE MARIA SCHOLL LEVIEN
CRISTIANE MELLO DE BONA
DAMASIO SOBIESIAK
DANIEL BARBOSA FERNANDES
DANIEL COZZA BRUNO
DANIEL RAMOS GONÇALVES
DANIEL SOARES INDRUSIAK
DANIELA SILVEIRA TIMM
DANIELA SUDBRACK GASPAR RAISER DAVI LOPES RODRIGUES JÚNIOR
DIEGO PESSI
DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA
ELEMAR GRÄBNER
EVANDRO LOBATO KALTBACH
EVERTON LUÍS RESMINI MENESES
FABIANE CIOCCARI
FABIANE RIOS LISARDO
FABIANO REDIVO SILVA
FELIPE TEIXEIRA NETO
FERNANDA BROLL CARVALHO AHMAD
FERNANDO CESAR SGARBOSSA
FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA
GABRIELA MONTEIRO
HENRIQUE RECH NETO
IVANDA GRAPIGLIA VALIATI
JAIR JOÃO FRANZ
JANINE ROSI FALEIRO
JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME
JOÃO PAULO BITTENCOURT CARDOZO
JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO
JULIANO GRIZA
JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER
KARINA ALBUQUERQUE DENICOL
KARINNA LICHT ORLANDI GOULART
KÁTIA REGINA GRIZA
LEANDRO CAPAVERDE PEREIRA
LEANDRO TATSCH BONATTO
LEONARDO CHIM LOPES
LEONARDO GIARDIN DE SOUZA
LEONARDO MENIN
LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN
LUANA ROCHA RIBEIRO
LUCIANA CANO CASAROTTO
LUCIANA WILLIG SANMARTIN
LÚCIO FLÁVIO PRETTO
LUCIO FLAVO MIOTTO
LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS
LUZIHARIN CAROLINA TRAMONTINA
MARCELO ARAUJO SIMÕES
MARCELO AUGUSTO SQUARÇA
MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY
MARCELO TUBINO
MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA
MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI
MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN
MARCIO SCHENATO
MARCOS EDUARDO RAUBER MARI ONI SANTOS DA SILVA
MARIA DO CARMO BAIERLE GUARANÁ
MARIA FERNANDA CASSOL MOREIRA
MARIANA DE AZAMBUJA PIRES
MARISAURA INÊS RABER FIOR
MARLISE CORDENONSI BORTOLUZZI
MARTIN ALBINO JORA MAX ROBERTO GUAZZELLI
MELISSA MARCHI JUCHEN
MICHAEL SCHNEIDER FLACH
NATÁLIA CAGLIARI
NILTON KASCTIN DOS SANTOS
PAULA ATAIDE ATHANASIO
PAULA BITTENCOURT ORSI
PAULO ADAIR MANJABOSCO
PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA
PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO
PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR
PLÍNIO CASTANHO DUTRA
RAFAEL RUSSOMANNO GONÇALVES
REGINALDO FREITAS DA SILVA
RENATO MOURA TIRAPELLE
RICARDO GRALHA MASSIA
RICARDO MELO DE SOUZA
RICARDO SCHINESTSCK RODRIGUES
ROBERTO JOSÉ TABORDA MASIERO
ROGÉRIO FAVA SANTOS
ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS
RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO
RONALDO LARA RESENDE
ROSÂNGELA MAZZUCO
RUDIMAR TONINI SOARES
SANDRO LOUREIRO MARONES
SÉRGIO ANTÔNIO BINS
STÉFANO LOBATO KALTBACH
STELA BORDIN
SUSANA CORDERO SPODE
SUZANE HELLFELDT
TÂNIA MARIA HENDGES BITENCOURT
TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI
THEODORO ALEXANDRE DA SILVA SILVEIRA
VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS
VALDOIR BERNARDI DE FARIAS
VERA REGINA MELATTE CORINO
VINICIUS DE MELO LIMA
VITASSIR EDGAR FERRAREZE
WILSON LUÍS GREZZANA
XIMENA CARDOZO FERREIRA